

"QUE POLÍTICAS ECONÓMICAS PARA PORTUGAL?"



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

O COMÉRCIO E SERVIÇOS
NA COMPETITIVIDADE
E INTERNACIONALIZAÇÃO
DA ECONOMIA PORTUGUESA

Augusto Mateus



Edição cofinanciada por:





“QUE POLÍTICAS
ECONÓMICAS PARA
PORTUGAL?”

Apresentação do Estudo



6 FEVEREIRO 2024
EPIC SANA MARQUÊS HOTEL
LISBOA

O COMÉRCIO E SERVIÇOS NA COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Augusto Mateus



APRESENTAÇÃO GLOBAL DO ESTUDO

Objetivos, Metodologia e Organização

Objetivos

O estudo sobre “O Comércio e Serviços na Competitividade e Internacionalização da Economia Portuguesa” tem como objetivo identificar com rigor os **fatores críticos** determinantes da **competitividade**, ao nível **microeconómico** e ao nível **macroeconómico**, suscetíveis de garantir uma **aceleração sustentada do ritmo de crescimento do valor acrescentado** suportada por melhorias aprofundadas na produtividade multifatorial.

O estudo procura desenvolver, em particular, as consequências, **oportunidades e riscos**, associadas, nomeadamente, quer à consolidação das tendências mais recentes de **prevalência da economia do valor sobre a economia das quantidades**, quer à **valorização crescente dos elementos intangíveis** na configuração dos bens e dos serviços, ao longo do funcionamento de **cadeias de valor** cada vez mais **complexas** e cada vez mais **globalizadas**.

O estudo procura, finalmente, enquadrar a **análise da evolução das diferentes atividades de serviços**, seja numa visão de conjunto das transformações mais gerais sofridas pela economia portuguesa, seja numa comparação internacional das características estruturais das atividades de serviços em cinco economias nacionais (Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Chéquia) representativas, de algum modo, de diferentes níveis de desenvolvimento e de diferentes caminhos na construção europeia.

Metodologia

A metodologia adotada privilegia a utilização de **matrizes multissetoriais**, considerando 49 ramos de atividade económica, desenvolvidas pela colaboração entre a OCDE e a OMC que permitiram identificar os “locais” privilegiados de criação de valor ao longo de cadeias de fornecimento, produção e distribuição globalizadas ao longo das últimas três décadas (1995-2018).

A metodologia adotada, procurando tratar adequadamente a afirmação de economias centradas no valor e em fatores intangíveis, privilegiou, no **cálculo dos principais indicadores de competitividade económica, a utilização de fluxos líquidos (em valor), face aos fluxos brutos (em quantidade)**.

A metodologia adotada permite, também, integrar a análise do papel do mercado doméstico e do mercado externo por forma a desenvolver adequadamente a análise do papel dos bens e serviços transacionáveis e não transacionáveis e a **produzir medidas coerentes do grau de abertura da economia**, no seu conjunto e nas suas principais atividades.

A análise privilegiada pelo estudo procura, no quadro de uma análise estrutural de longo prazo, articular diferentes lógicas visando **contribuir para uma maior pertinência da compreensão dos fenómenos em ação e uma maior eficácia das intervenções públicas e privadas**.

Organização (I)

Em primeiro lugar são apresentadas as principais **transformações estruturais sofridas pela economia portuguesa** na sua evolução de longo prazo, nomeadamente ao nível da configuração da hierarquia das **grandes atividades de bens e de serviços**, quer na sua **composição global**, quer na alimentação do **esforço de exportação**, quer na satisfação das **necessidades de consumo**, quer, ainda, na **formação de capital**.

Em segundo lugar procede-se à **caracterização da evolução mais recente da economia portuguesa** depois da criação da moeda única, a informação disponível impõe que o período considerado tivesse sido o de 1995-2018.

Esta caracterização foi feita identificando quer as grandes dinâmicas de transformação em ação, quer os grandes movimentos de continuidade, permitindo uma avaliação do desempenho da economia portuguesa em matéria de crescimento e nível de vida. São analisados, também, os traços principais dos caminhos de internacionalização da economia portuguesa, no plano agregado, global, e no plano das principais atividades e fileiras, identificando, nomeadamente, naqueles caminhos, os principais pontos fortes e pontos fracos da economia portuguesa.

Em terceiro lugar aborda-se o **processo através do qual os serviços se tornaram na principal atividade na economia portuguesa** recorrendo, nomeadamente, a uma análise de conjunto dos processos de terciarização e a uma análise mais fina das características assumidas pelas diferentes atividades terciárias.

Organização (II)

A segmentação dos serviços considerada foi desenvolvida em função do respetivo posicionamento na orientação para o sistema produtivo ou para a procura final, seja em função de contributos para a terciarização mais à superfície ou mais em profundidade. Neste capítulo estabelece-se, também, a existência de desequilíbrios nos ritmos e o alcance dos fenómenos de terciarização do consumo e de servitização da produção.

Em quarto lugar são apresentados os resultados de uma **comparação internacional** abrangente do posicionamento **da economia portuguesa**, nomeadamente com outras economias europeias, **nos processos de terciarização e de servitização**, seja em termos globais, seja em termos específicos ao nível do consumo das famílias, ao nível da formação de capital e ao nível do esforço de exportação.

Em quinto lugar são identificados os **fatores críticos** determinantes da evolução da economia portuguesa para a transição em direção a **um novo paradigma competitivo suscetível de aprofundar a criação de valor**, reforçando quer o posicionamento nos segmentos e atividades mais relevantes e eficazes do ponto de vista do valor acrescentado, quer a interação entre produção de bens e de serviços, quer, ainda, a integração entre fatores tangíveis e intangíveis.

Estes fatores críticos podem inspirar outras tantas **“agendas de ação”**, seja ao nível da **estratégia empresarial**, seja ao nível das **políticas públicas**, nomeadamente em termos de políticas macroeconómicas e microeconómicas, e em termos de políticas estruturais, verticais e horizontais.



UM RESUMO DA ANÁLISE EM TORNO DE UN CONJUNTO RESTRITO DE GRÁFICOS E QUADROS

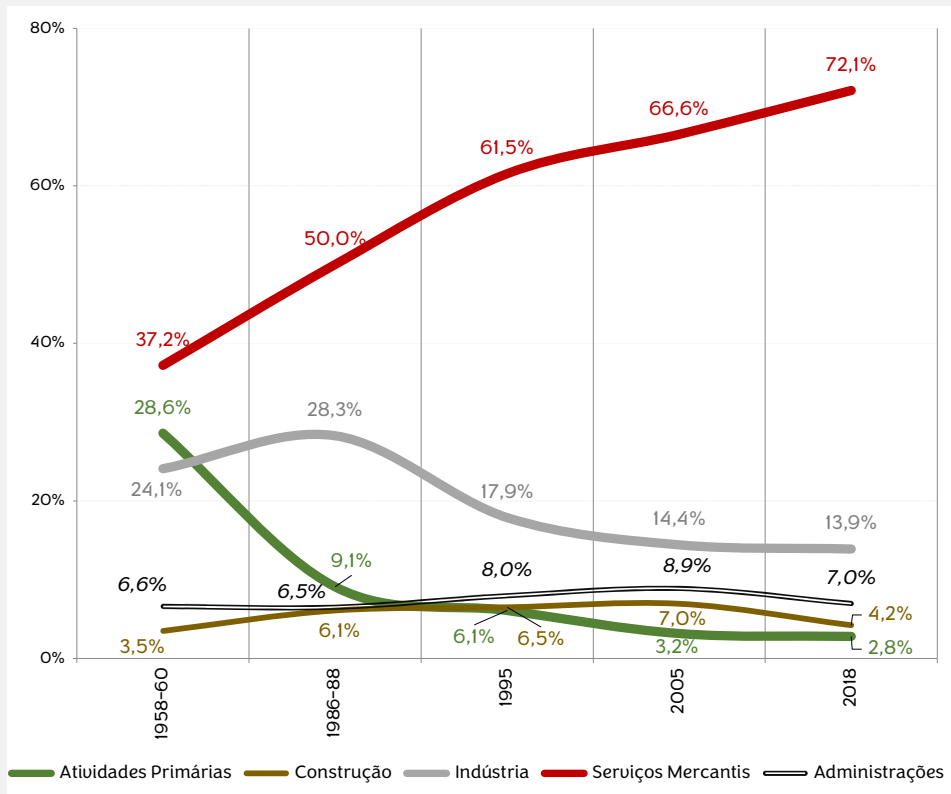
1.

OS GRANDES EIXOS DE MUDANÇA NO CONTRIBUTO DAS GRANDES ATIVIDADES ECONÓMICAS PARA O VALOR GERADO NA ECONOMIA PORTUGUESA

AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES NA TRAJETÓRIA DEMOCRATIZAÇÃO-INTEGRAÇÃO EUROPEIA-ACELERAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO (1958-2018)

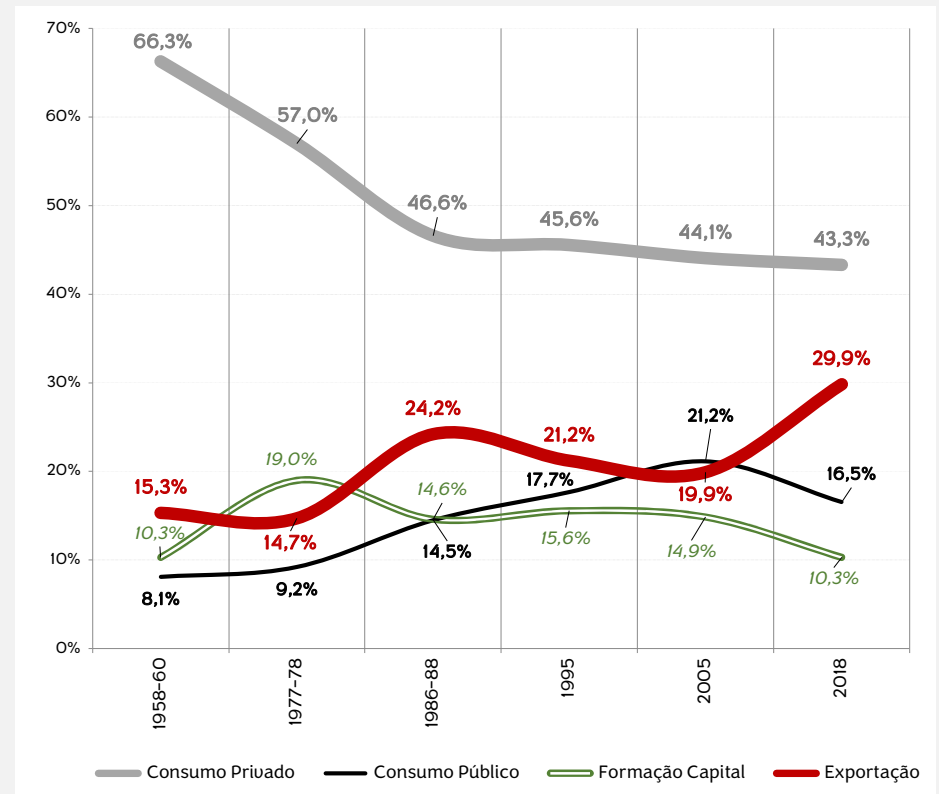
(Peso relativo da contribuição das principais atividades económicas para o valor criado)

A POSIÇÃO RELATIVA DAS GRANDES ATIVIDADES



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

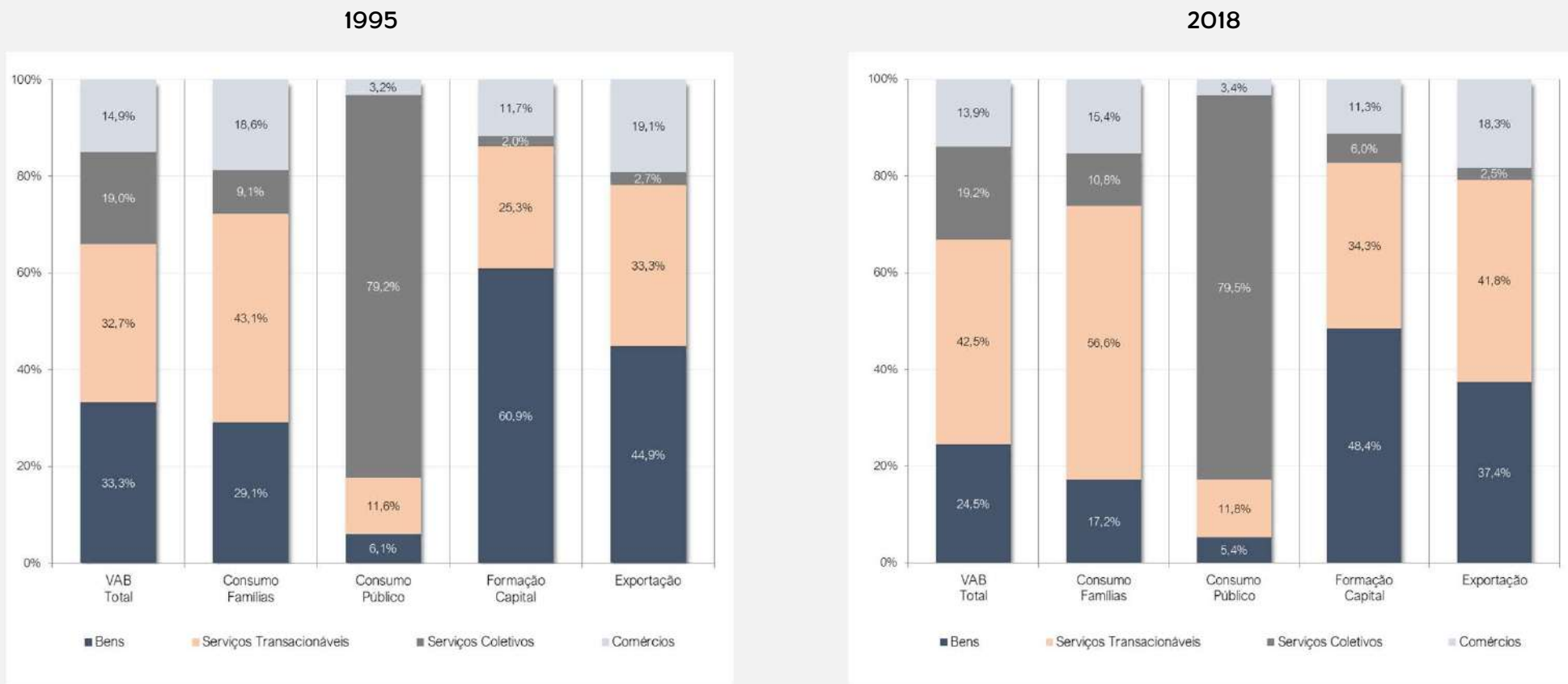
A EVOLUÇÃO DAS GRANDES FUNÇÕES MACROECONÓMICAS



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

AS DINÂMICAS DA CRIAÇÃO DE RIQUEZA E DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA ECONOMIA PORTUGUESA UMA LEITURA DA TRANSFORMAÇÃO SOFRIDA PELA COMPOSIÇÃO DAS GRANDES FUNÇÕES MACROECONÓMICAS

Estrutura do Valor Acrescentado no Conjunto da Economia e em cada Secção Produtiva Agregada



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC. Base de dados WIOD

NOTA METODOLÓGICA

A SEGMENTAÇÃO DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS ADOTADA

Serviços à Produção

[Comunicação]	Telecomunicações, Correio
[Informação]	Tecnologias e Serviços de Informação
[Financeiros]	Banca e Seguros
[Suporte Científico e Técnico]	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Serviços Mistos

[Energia e Ambiente]	Eletricidade, Gás, água, Saneamento
[Mobilidade e Logísticos]	Transportes, Armazenagem e Serviços de suporte

Serviços ao Consumo

[Turismo]	Alojamento e Restauração
[Culturais e Criativos]	Publicações, Audiovisual e atividades de difusão, Artes e Lazer
[Pessoais]	Serviços pessoais e domésticos, Outros serviços

Serviços Coletivos

[Administrações]	Administração pública
[Educação]	Educação
[Saúde e Sociais]	Saúde humana, Trabalho social

Serviços Imobiliários

Atividades imobiliárias e rendas

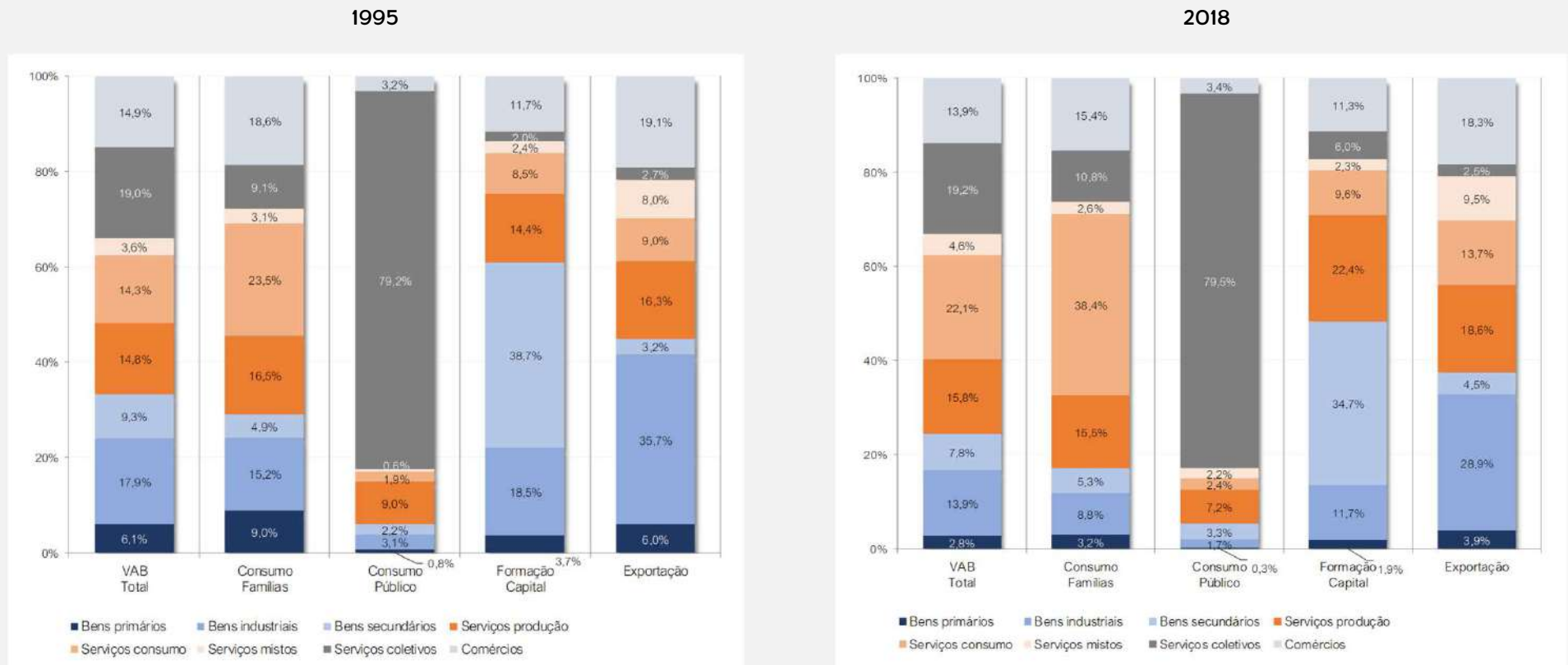
Comércios

Comércio por grosso e a retalho

AS DINÂMICAS DA CRIAÇÃO DE RIQUEZA E DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA ECONOMIA PORTUGUESA

UMA LEITURA FINA DAS TRANSFORMAÇÕES COM BASE NA ARTICULAÇÃO ENTRE BENS E SERVIÇOS

Estrutura do Valor Acrescentado no Conjunto da Economia e em cada Secção Produtiva Agregada



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

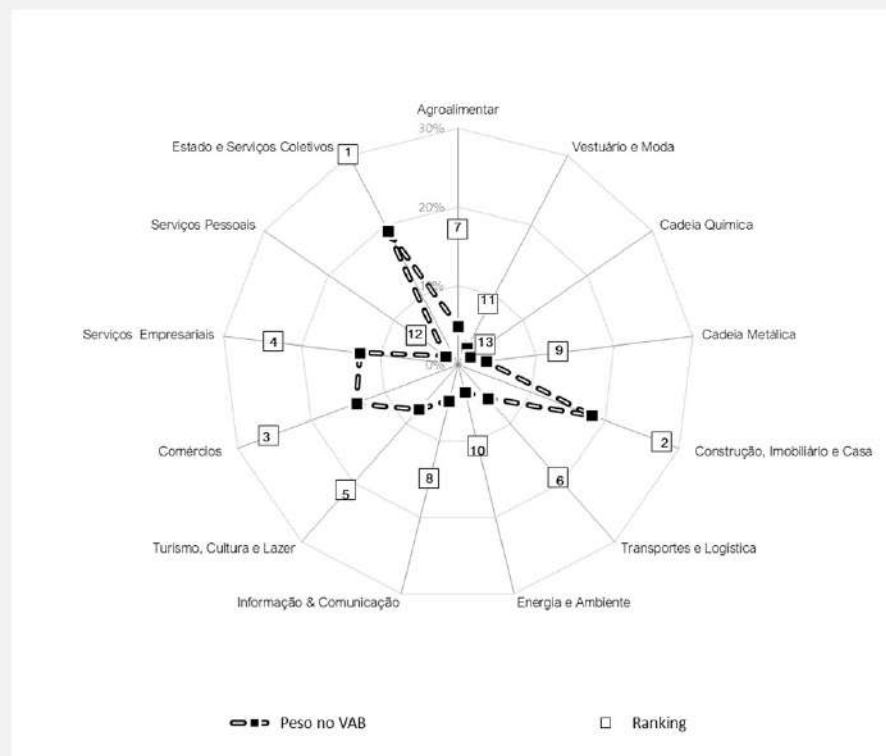
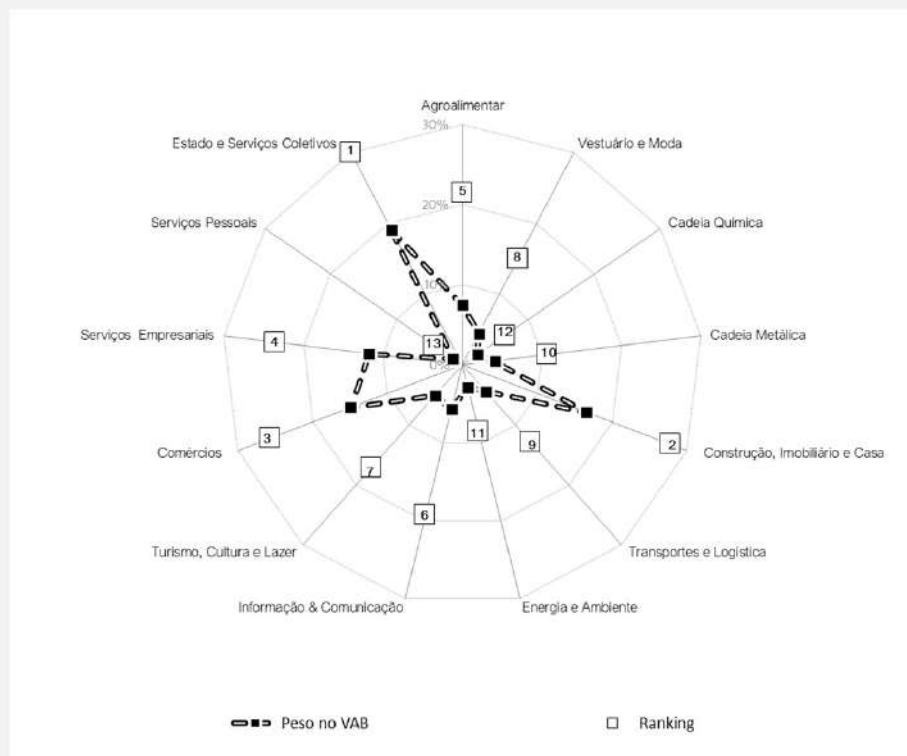
A TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE RIQUEZA NA ECONOMIA PORTUGUESA

CONTINUIDADES, MUDANÇAS E ESPECIFICIDADES AO NÍVEL DO CONJUNTO DA ECONOMIA

Peso e hierarquia das cadeias globais de produção e distribuição no conjunto da economia

1995

2018



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



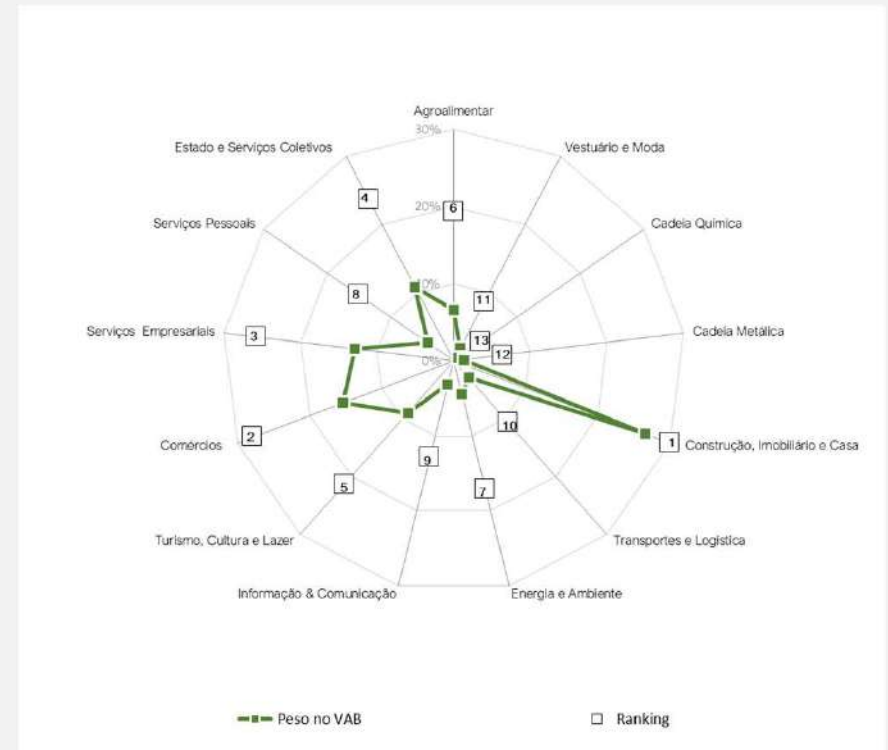
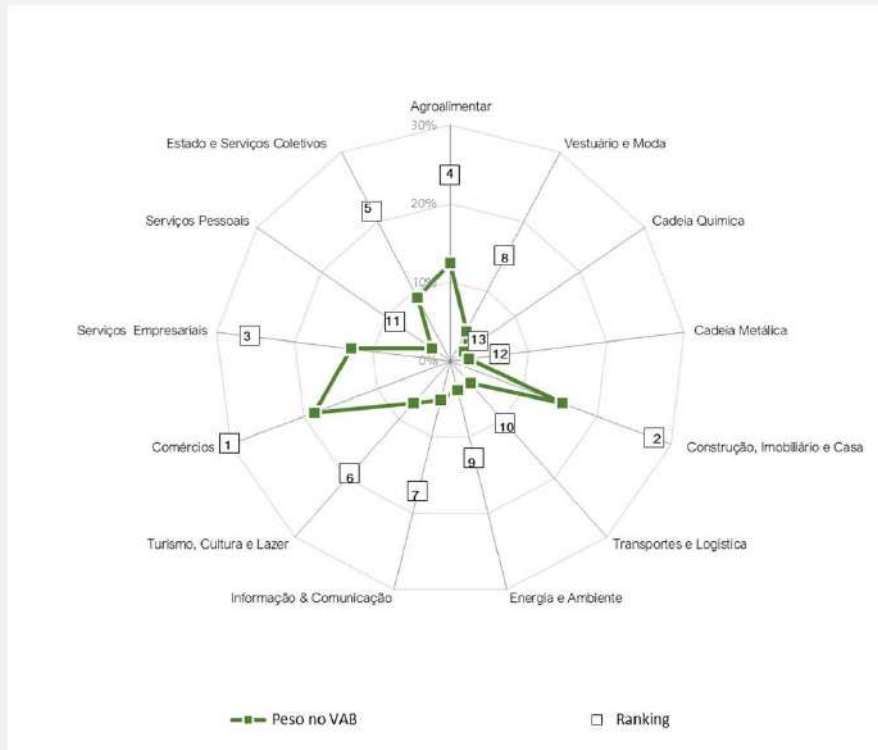
A TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE RIQUEZA NA ECONOMIA PORTUGUESA

CONTINUIDADES, MUDANÇAS E ESPECIFICIDADES AO NÍVEL DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Peso e hierarquia das cadeias globais de produção e distribuição no conjunto da economia

1995

2018



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

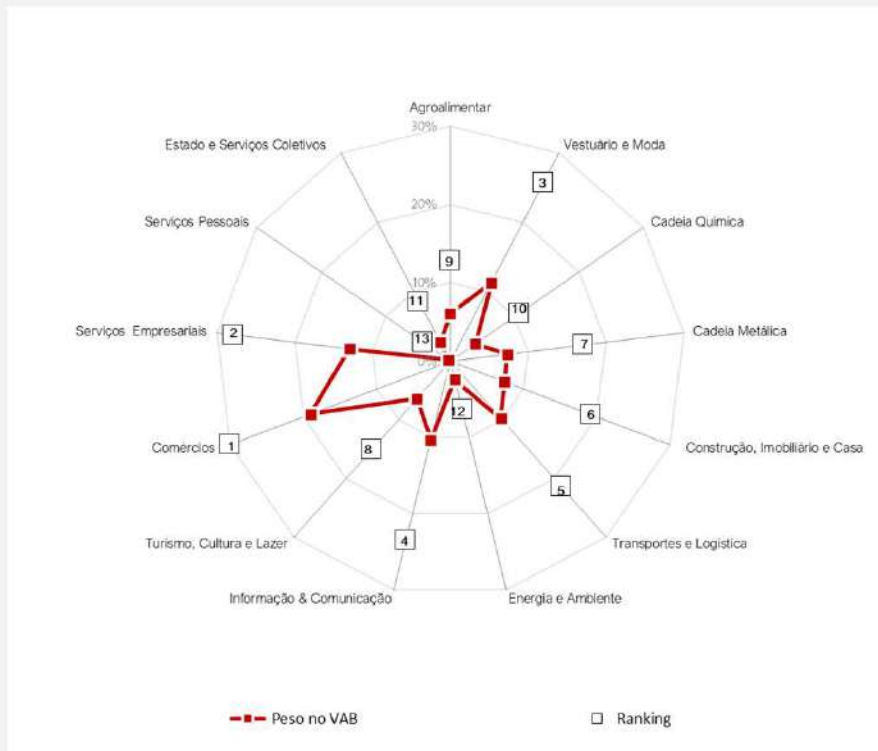


A TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE RIQUEZA NA ECONOMIA PORTUGUESA

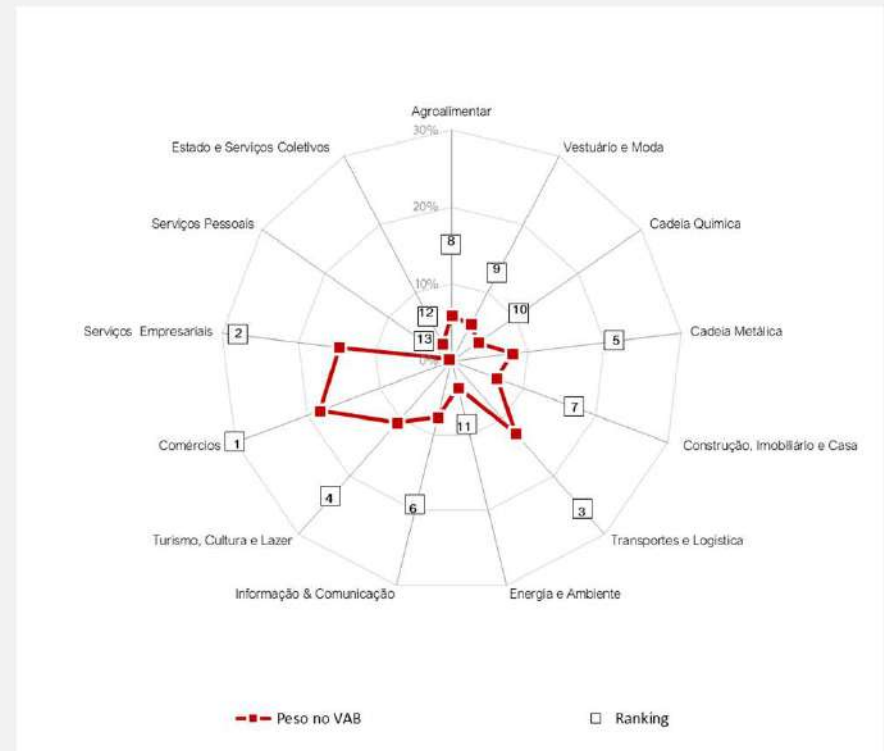
CONTINUIDADES, MUDANÇAS E ESPECIFICIDADES AO NÍVEL DO MODELO EXPORTADOR

Peso e hierarquia das cadeias globais de produção e distribuição no conjunto da economia

1995



2018



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



A democratização, a adesão europeia e a participação na globalização trouxeram oportunidades tão relevantes quanto os riscos a elas associados. Estas oportunidades de desenvolvimento económico comportaram, todas, a forma de processos sucessivamente mais exigentes onde, na ausência de progressos estruturais suficientes, a dimensão dos riscos envolvidos tende a mitigar os resultados e a aumentar os desequilíbrios.

A trajetória evocada mostra, bem, como foi mais fácil montar a base de um estado social ou alargar o acesso à educação do que garantir a sustentabilidade da segurança social e do serviço nacional de saúde, perante uma demografia adversa ou melhorar generalizadamente a produtividade e a eficiência coletiva.

A trajetória evocada também mostra como foi mais fácil a convergência com os níveis médios de rendimento europeus, como “país da coesão”, antes da vigência da União Económica e Monetária e do Pacto de Estabilidade e Crescimento ou da partilha dos fundos estruturais de investimento europeus na sequência do alargamento aos países do centro e leste europeu, então com custos salariais nominais bem mais baixos.

A trajetória evocada mostra, ainda, como tem sido mais fácil alargar a participação no comércio internacional quando medido em fluxos brutos do que em fluxos de valor acrescentado, isto é, como tem sido mais difícil não deixar subir o conteúdo importado das exportações ou sobretudo quão elevados foram os custos do ajustamento económico e financeiro à crise financeira internacional e à crise da dívida soberana na Europa do sul.

A economia portuguesa sofreu, ao longo desta trajetória, uma melhoria global relevante que, no entanto, não a tornou, no plano qualitativo, nem menos vulnerável, nem mais sustentável. O “jogo” das oportunidades e riscos trouxe custos de ajustamento elevados e oscilações importantes.

A TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA PORTUGUESA
QUER NOS MODELOS DE PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO,
QUER NA HIERARQUIA DOS CONTRIBUTOS DAS DIFERENTES
ATIVIDADES PARA A CRIAÇÃO DE RIQUEZA, APESAR DE SER EFETIVA,
QUESTIONA FRONTALMENTE O CRESCIMENTO ECONÓMICO PREVALECENTE,
SEJA NA SUA NATUREZA (DEMASIADO EXTENSIVO, INSUFICIENTEMENTE
INOVADOR E SUPORTADO POR UMA FRACA PRODUTIVIDADE),
SEJA NO SEU NO SEU RITMO (ANÉMICO)

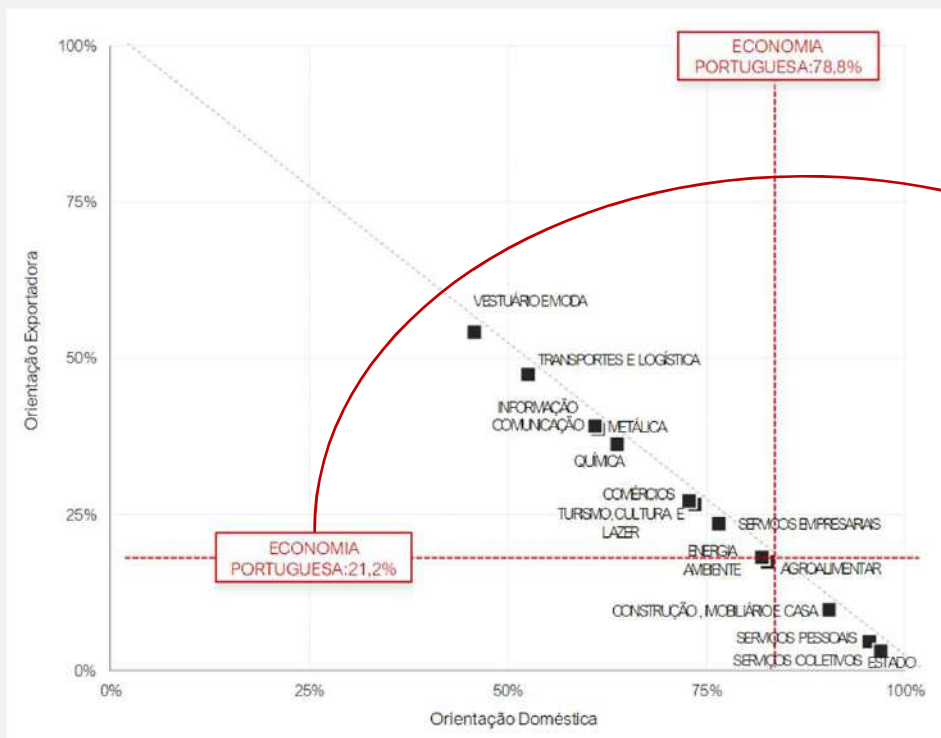
2.

OS PRINCIPAIS LIMITES E DESEQUILÍBRIOS NA CRESCENTE ABERTURA EXTERNA DA ECONOMIA PORTUGUESA

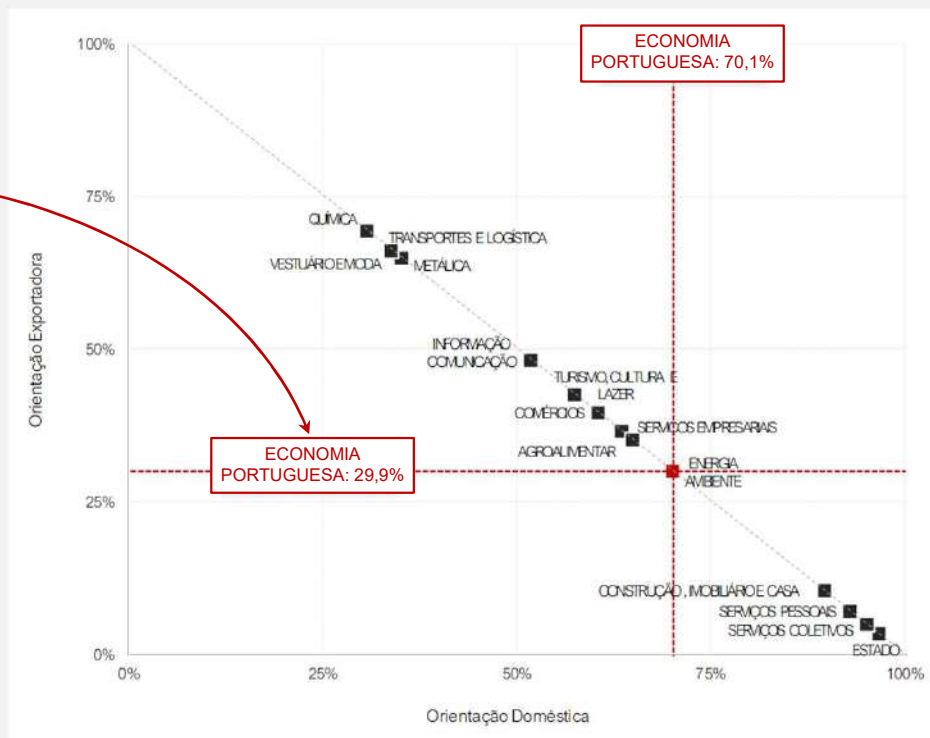
A VERDADEIRA ORIENTAÇÃO EXPORTADORA DE UMA ECONOMIA MEDE-SE EM TERMOS DE VALOR CRIADO A ARMADILHA DA COMPARAÇÃO DE UM FLUXO BRUTO (EXPORTAÇÕES) COM UM FLUXO LÍQUIDO (PIB)

Evolução do valor criado pelas principais atividades de bens e serviços satisfazendo a procura doméstica e a procura externa

1995



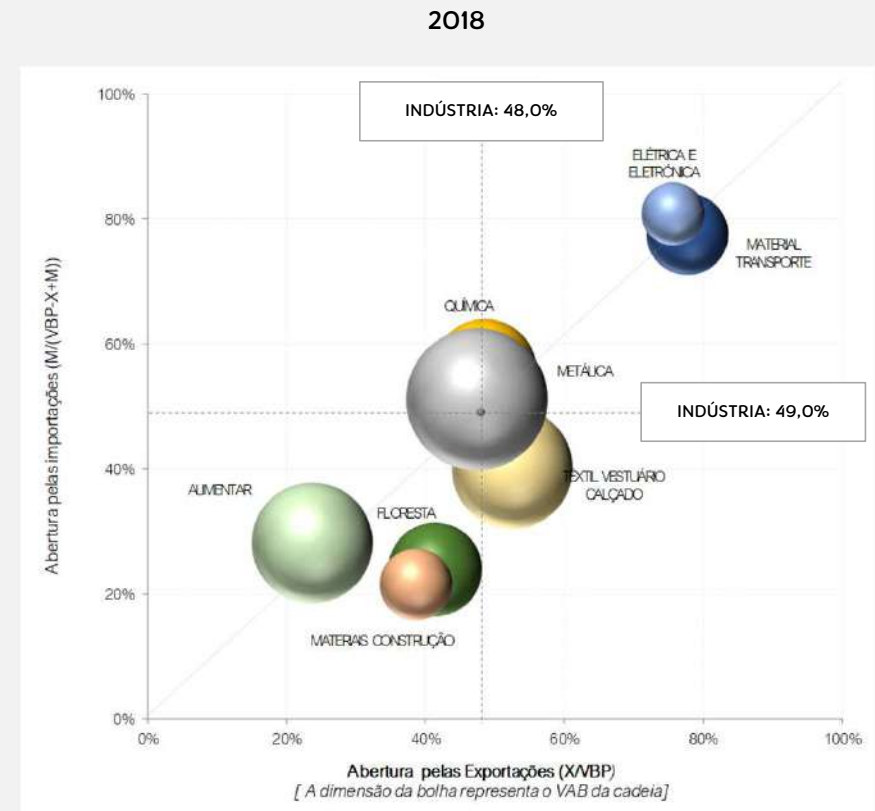
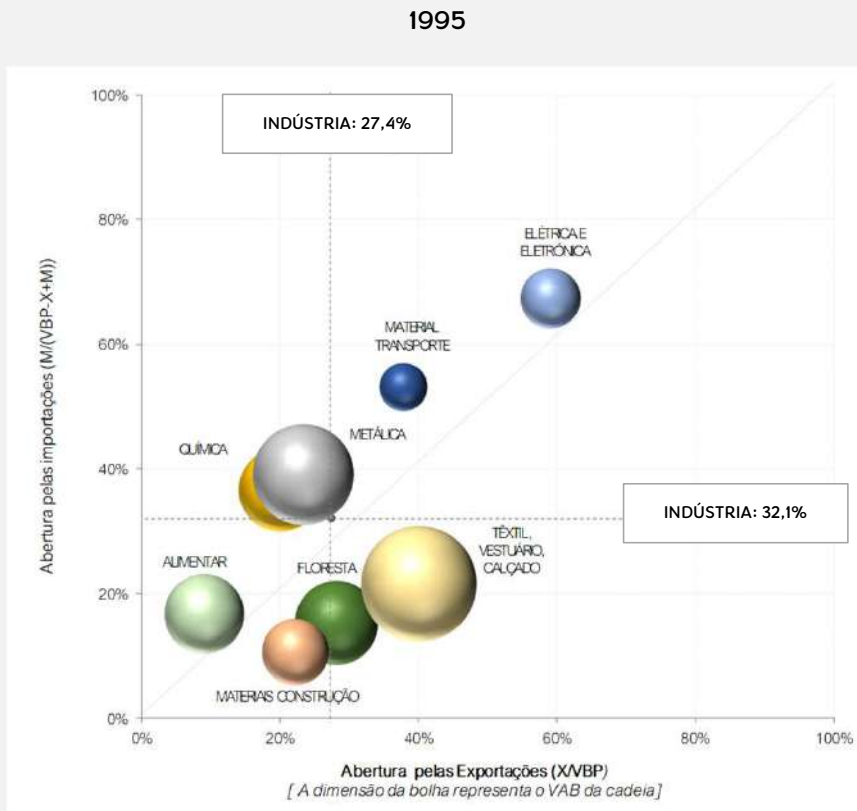
2018



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL FEZ-SE, EM SIMULTÂNEO, ATRAVÉS DO REFORÇO DA ORIENTAÇÃO PARA OS MERCADOS EXTERNOS E ATRAVÉS DO AUMENTO DA PENETRAÇÃO DO MERCADO DOMÉSTICO PELAS IMPORTAÇÕES

Evolução da abertura das fileiras industriais pelas exportações e pelas importações



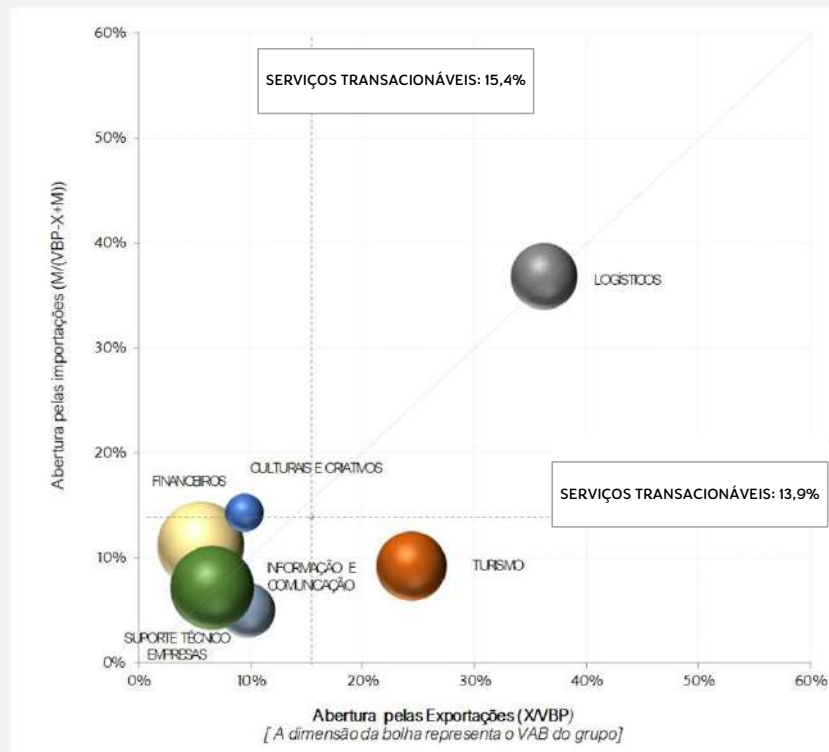
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



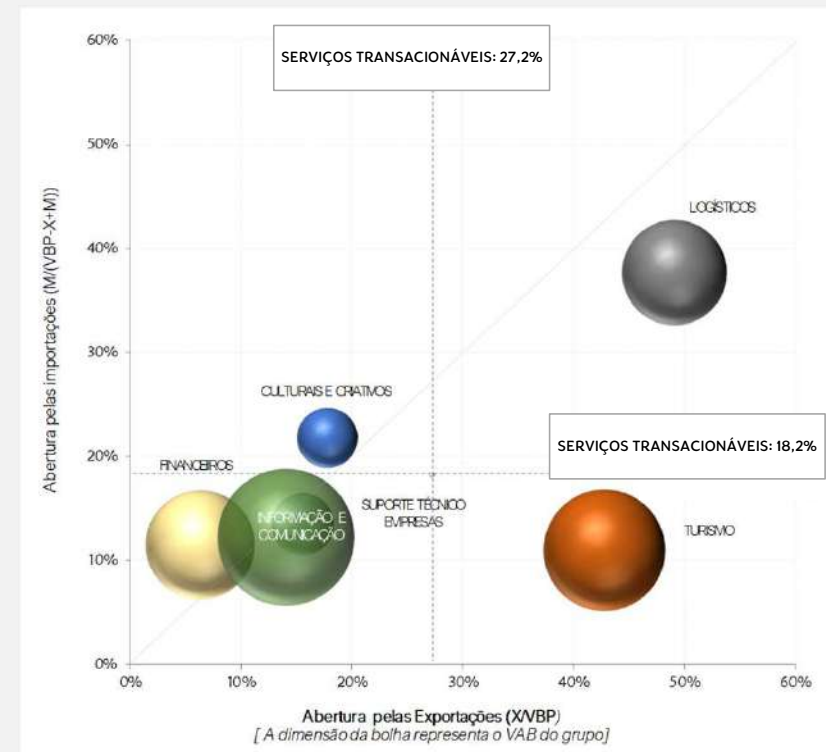
A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS TRANSACIONÁVEIS FEZ-SE, NOS DOIS MOVIMENTOS, ATRAVÉS DE VÁRIAS VELOCIDADES COM DESTAQUE PARA O DINAMISMO DO TURISMO E DOS SERVIÇOS ÀS EMPRESAS

Evolução da abertura das fileiras industriais pelas exportações e pelas importações

1995



2018



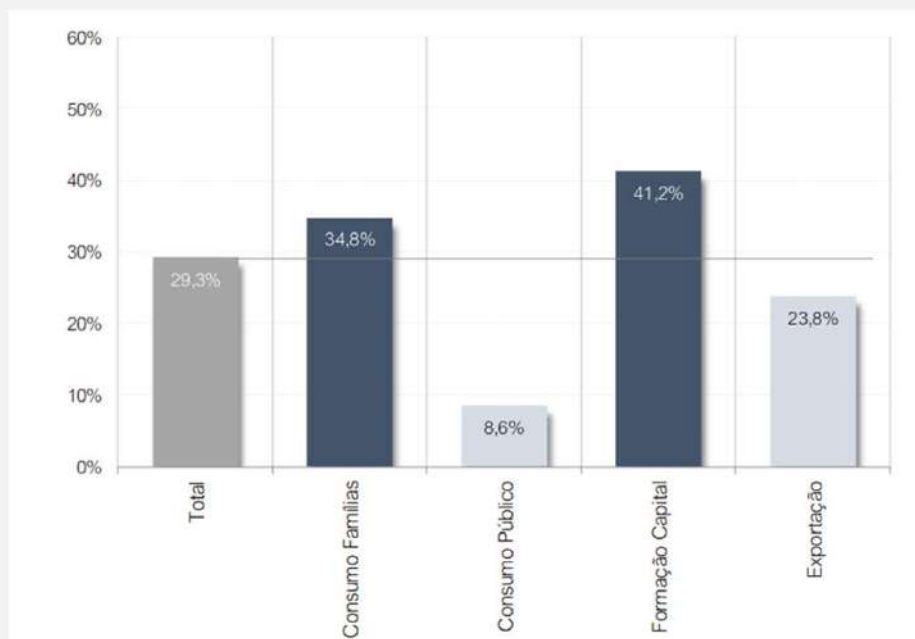
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



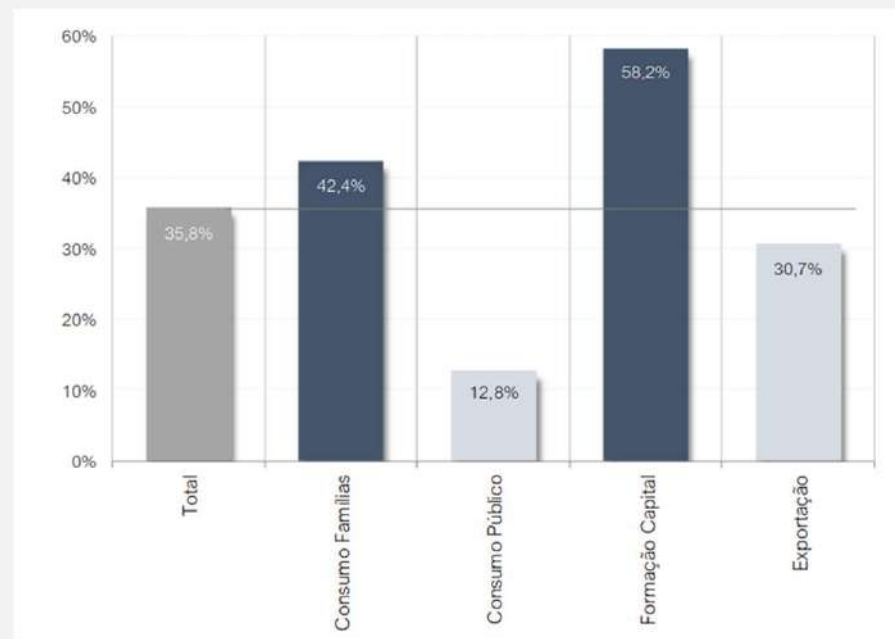
A ECONOMIA PORTUGUESA INSERIU-SE NA BUSCA DE PREÇOS MAIS BAIXOS ABERTA PELA GLOBALIZAÇÃO O AUMENTO DO CONTEÚDO IMPORTADO DA PROCURA FINAL FOI EXPRESSIVO INCENTIVANDO O MAIOR RECURSO AO ABASTECIMENTO INTERNACIONAL E AOS SERVIÇOS LOGÍSTICOS FAVORECENDO A DIFUSÃO DA LÓGICA “LOW COST”

Evolução do conteúdo importado da procura final (TOTAL)

1995



2018



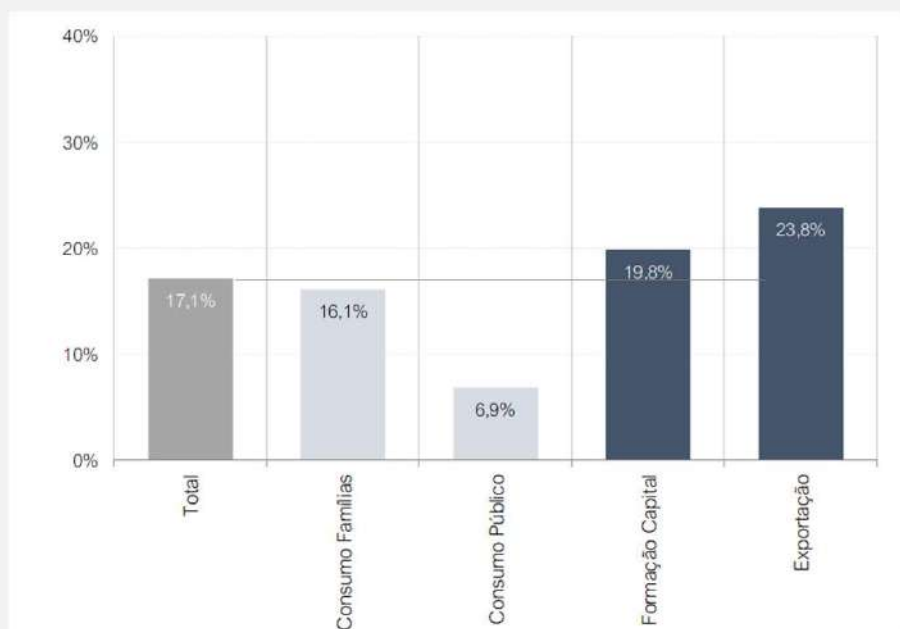
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



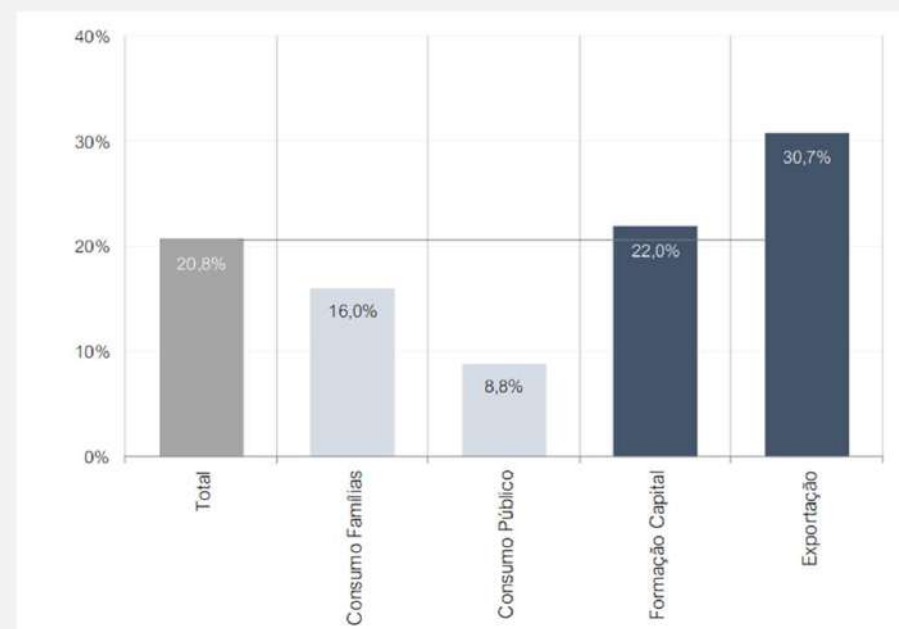
A ECONOMIA PORTUGUESA INSERIU-SE NA BUSCA DE CUSTOS MAIS BAIXOS ABERTA PELA GLOBALIZAÇÃO O AUMENTO DO CONTEÚDO IMPORTADO DA PRODUÇÃO NACIONAL FOI IGUALMENTE EXPRESSIVO CONTRIBUINDO PARA O FENÓMENO MAIS GERAL DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NAS ECONOMIAS MAIS DESENVOLVIDAS

Evolução do conteúdo importado da procura final (PRODUÇÃO NACIONAL)

1995



2018



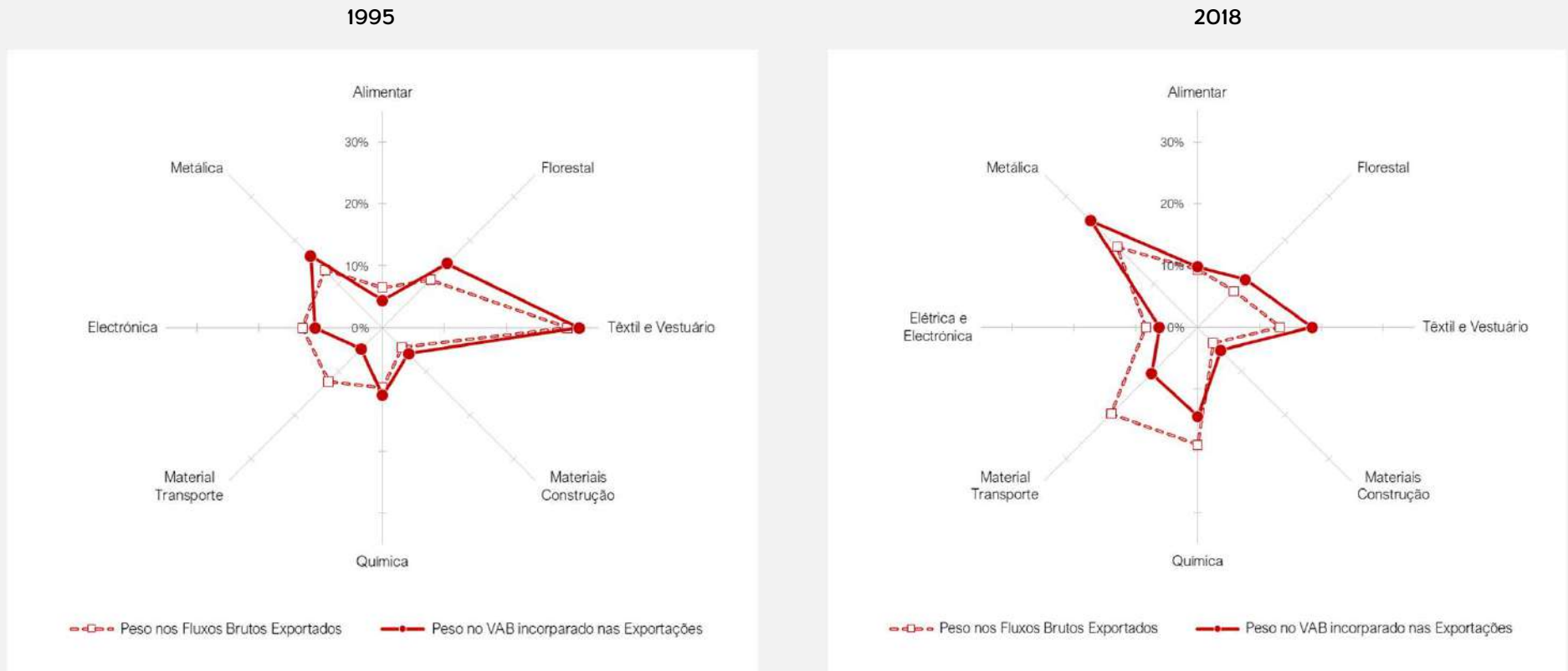
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



AS DINÂMICAS DE EXPORTAÇÃO SÃO MUITO DIFERENTES AO NÍVEL DA QUANTIDADE E DO VALOR

A ARMADILHA DE CONFUNDIR “EXPORTAR MAIS” COM “EXPORTAR MAIS VALOR ACRESCENTADO”

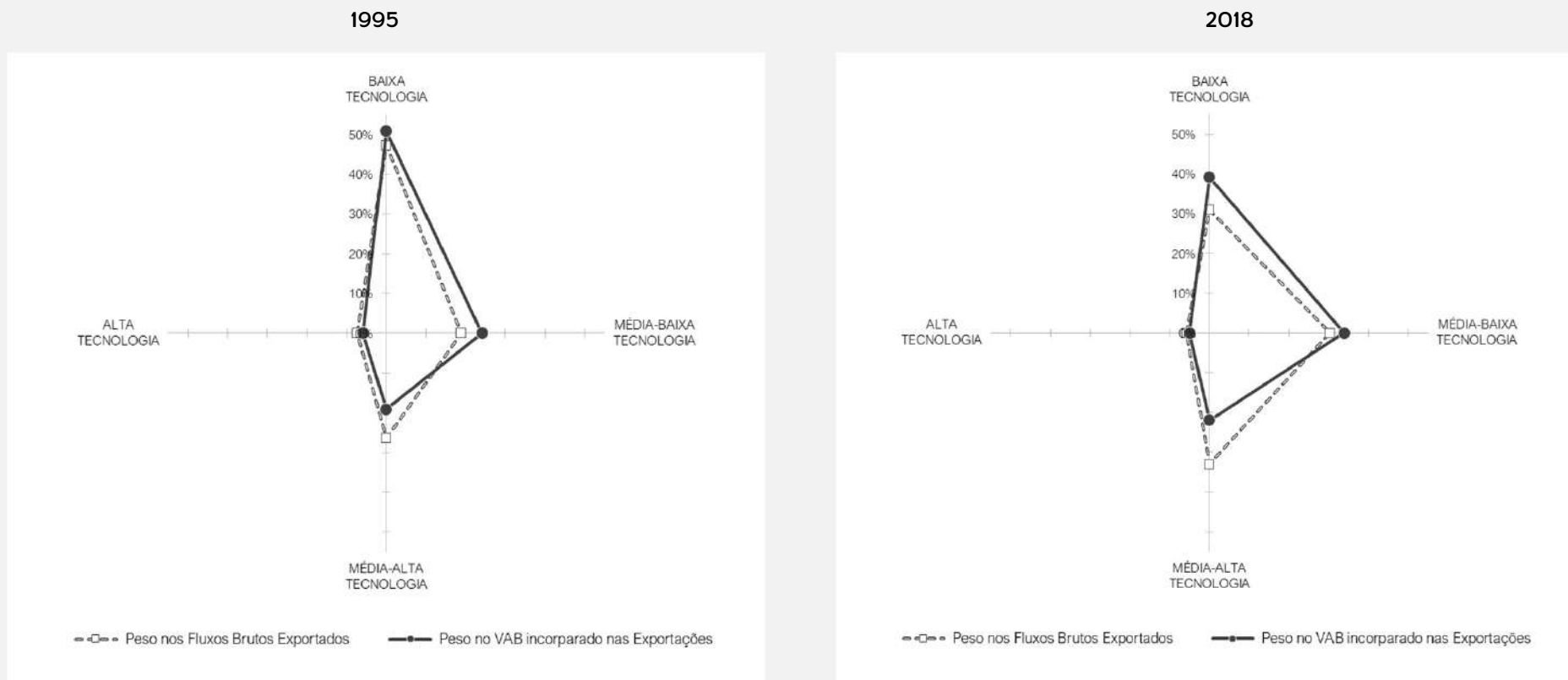
Evolução do peso relativo das fileiras industriais nas exportações avaliado pelos fluxos brutos e pelo VAB incorporado



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

AS DINÂMICAS DE EXPORTAÇÃO SÃO MUITO DIFERENTES AO NÍVEL DA QUANTIDADE E DO VALOR A ARMADILHA DE ASSOCIAR AUTOMATICAMENTE “TECNOLOGIA” A “VALOR ACRESCENTADO”

Evolução do peso relativo das fileiras industriais por níveis tecnológicos nas exportações avaliado pelos fluxos brutos e pelo VAB incorporado

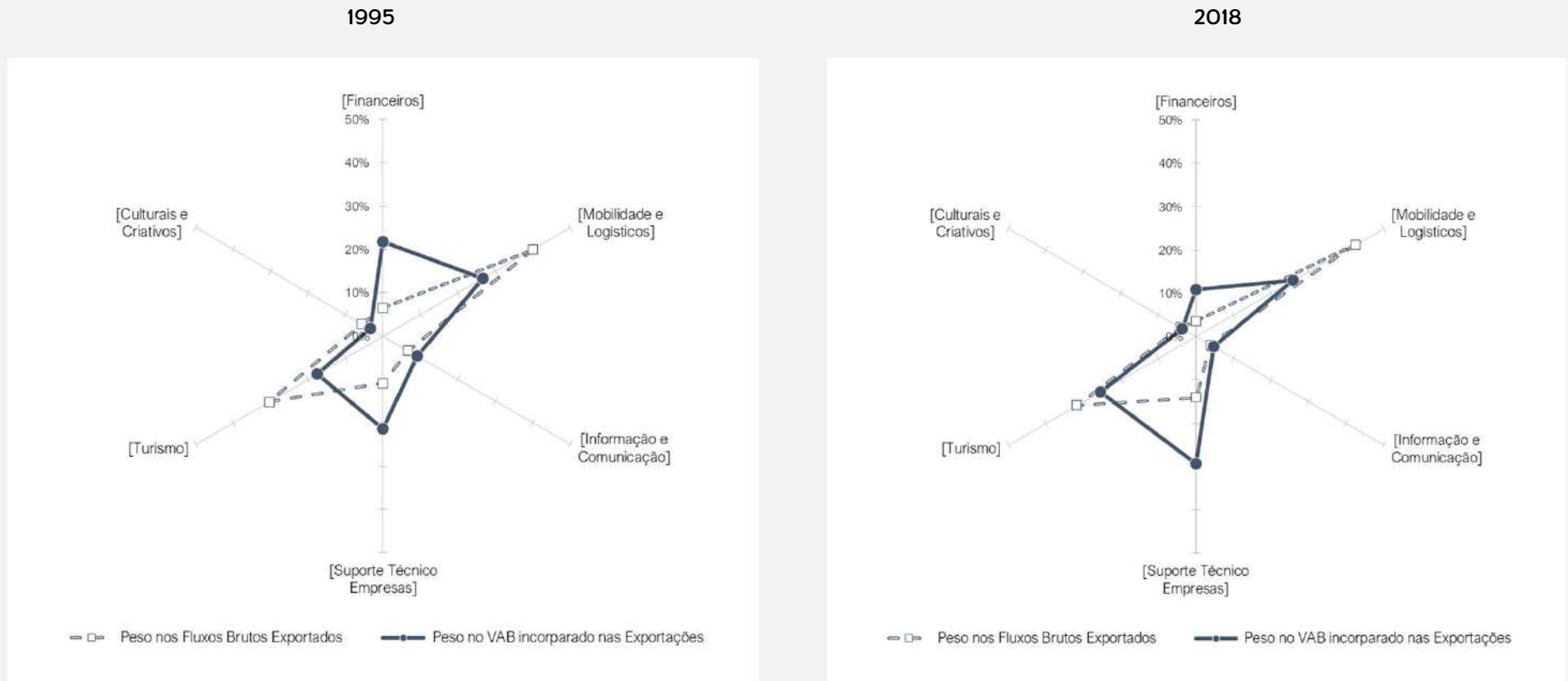


Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

AS DINÂMICAS DE EXPORTAÇÃO SÃO MUITO DIFERENTES AO NÍVEL DA QUANTIDADE E DO VALOR

A ARMADILHA DE CONFUNDIR “EXPORTAR MAIS” COM “EXPORTAR MAIS VALOR ACRESCENTADO”

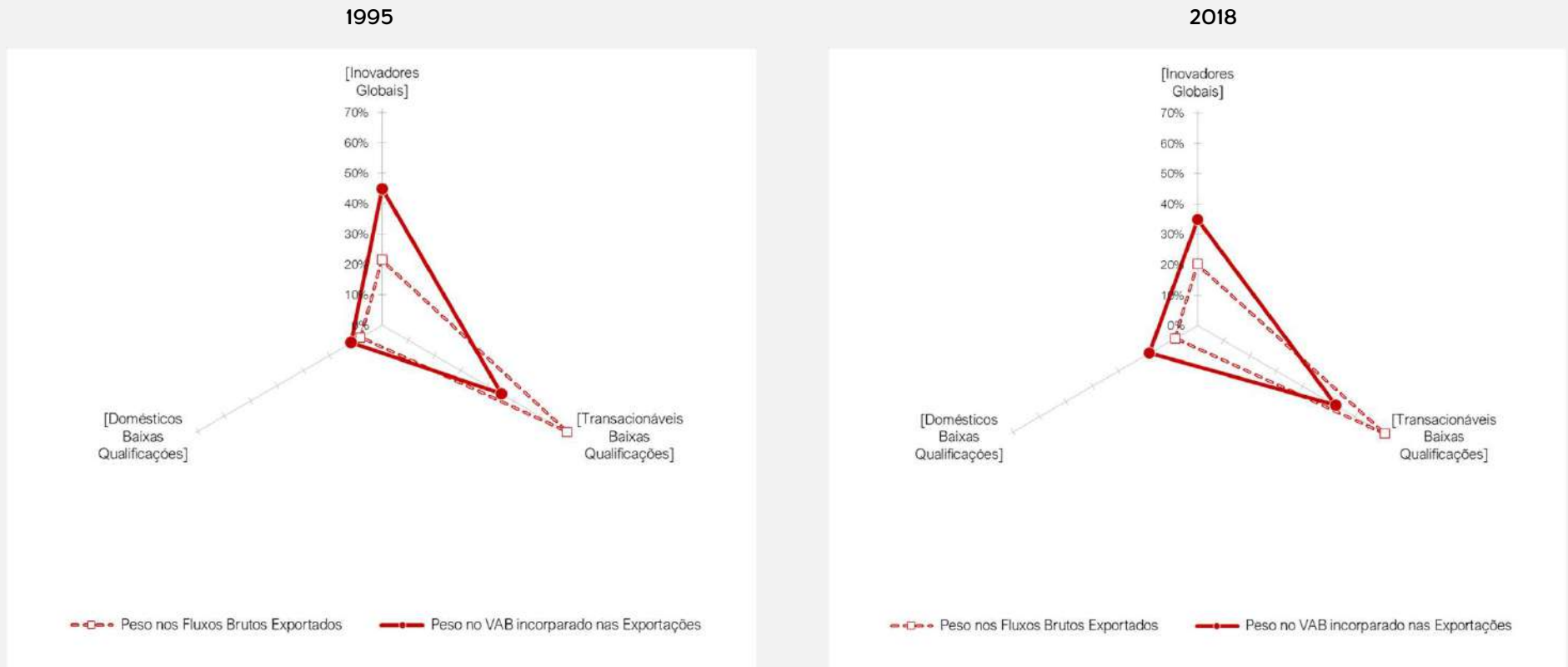
Evolução do peso relativo dos serviços transacionáveis nas exportações avaliado pelos fluxos brutos e pelo VAB incorporado



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

AS DINÂMICAS DE EXPORTAÇÃO SÃO MUITO DIFERENTES AO NÍVEL DA QUANTIDADE E DO VALOR A ARMADILHA DE ASSOCIAR AUTOMATICAMENTE “MODERNIDADE CONCORRENCIAL” A “VALOR ACRESCENTADO”

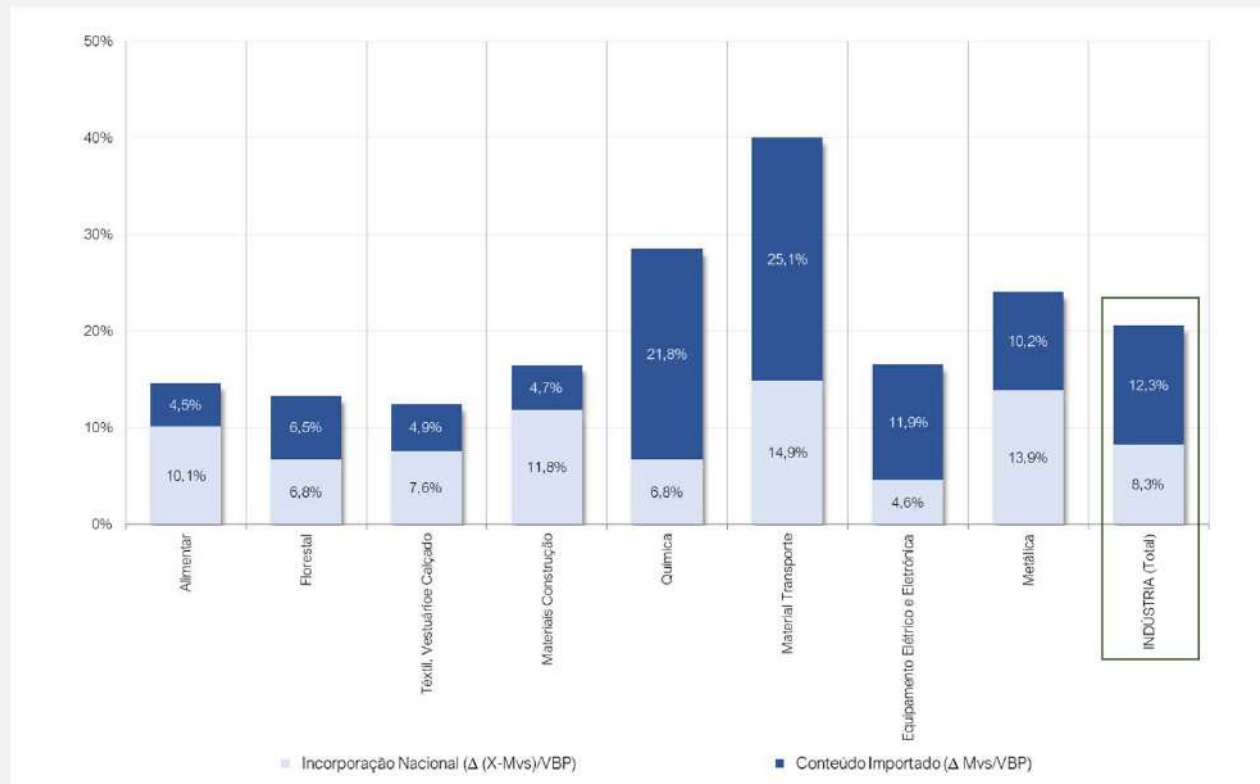
Evolução do peso relativo dos serviços transacionáveis por condições concorrenciais nas exportações avaliado pelos fluxos brutos e pelo VAB incorporado



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

OS LIMITES DO CICLO MAIS RECENTE DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Decomposição da variação do grau de abertura pela exportações brutas na indústria (X/VBP) no período 1995–2018 pelo contributo específico de cada uma das suas componentes (conteúdo importado e incorporação nacional de valor acrescentado)



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

O aumento do conteúdo importado da produção nacional nas grandes funções macroeconómicas no período 1995–2018, embora com dimensões muito diferenciadas, foi expressivo.

Como referido, esses movimentos envolvem as importações intermédias, no quadro do desenvolvimento das cadeias de valor globais fragmentadas em atividades localizadas em múltiplas economias nacionais, que aceleraram o crescimento do comércio internacional de bens intermédios.

A inserção da economia portuguesa no movimento mais geral de busca de preços mais baixos aberto pela aceleração da globalização, que envolveu, sobretudo, as importações finais, não deve, no entanto, deixar de ser considerado como tendo uma importante função de catalisação, através dos efeitos de uma concorrência acrescida e alargada, da pressão para o aumento do conteúdo importado da produção nacional.

A globalização dos mercados e das cadeias de valor conduziu, generalizadamente, no mundo mais industrializado, a processos vulgarmente designados como de “desindustrialização” que, como sabemos, estão associados a um forte ritmo de crescimento, industrial no mundo emergente.

A “desindustrialização”, muito desigual nas suas múltiplas expressões nacionais, setoriais e regionais, gerou não só descontentamentos significativos, como perdas de coerência económica e social, com reflexos políticos e eleitorais evidentes.

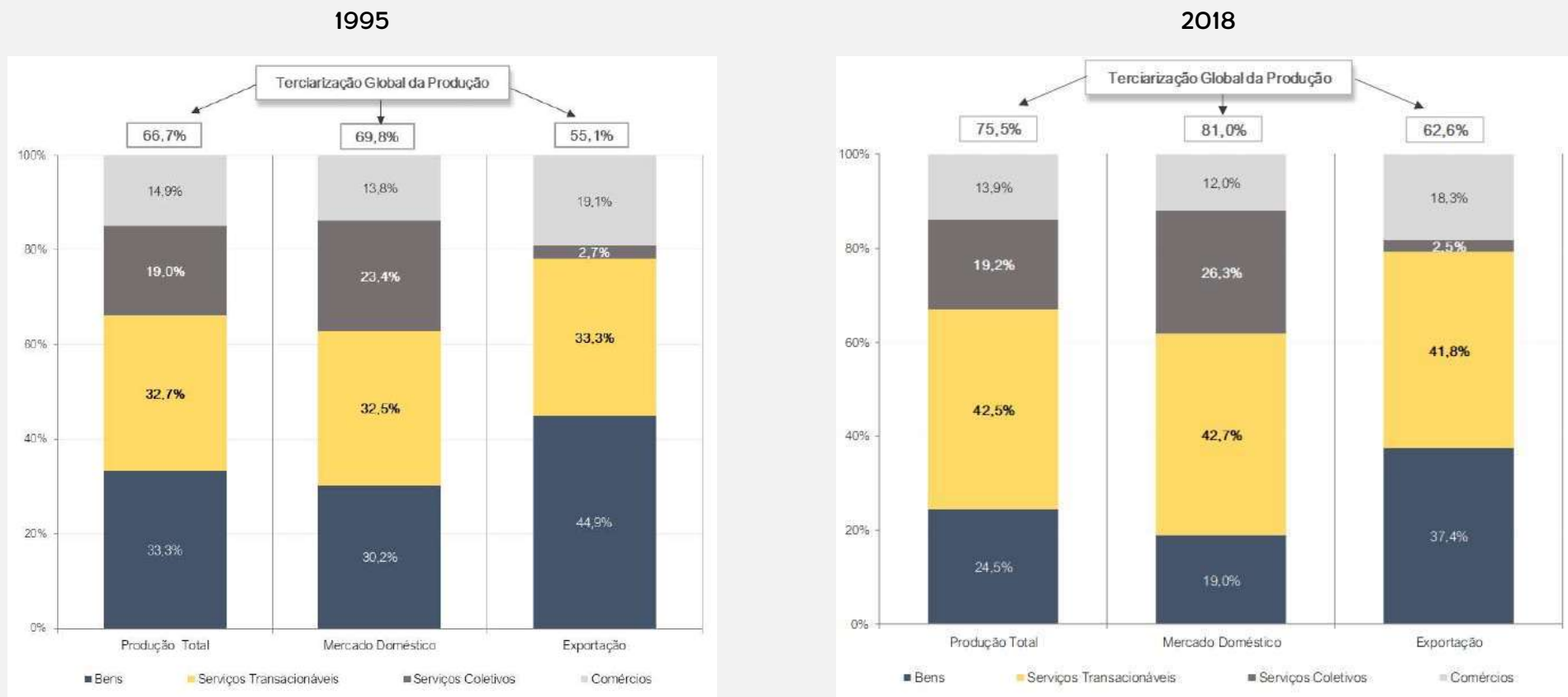
Para o comércio e os serviços, a questão chave corresponde à compreensão de que a desarticulação das relações entre a evolução dos mercados domésticos e dos mercados externos, tal como a redução das interações intersetoriais, comprometem quer a sua centralidade na promoção das formas mais inovadoras, estratégicas e dinâmicas de competitividade, quer a relevância do seu papel na intermediação entre dinâmicas de oferta e de procura e entre fatores tangíveis e intangíveis, determinantes para a promoção da eficiência

A ACELERAÇÃO MAIS RECENTE DA ABERTURA EXTERNA DA ECONOMIA PORTUGUESA ENVOLVEU OS BENS E OS SERVIÇOS, FEZ-SE COM UM AGRAVAMENTO DO CONTEÚDO IMPORTADO DA PRODUÇÃO E DAS EXPORTAÇÕES E REVELA LIMITAÇÕES IMPORTANTES NAS ATIVIDADES MAIS EXIGENTES EM TECNOLOGIA E DIGITALIZAÇÃO, QUE EXIGEM NOVAS ABORDAGENS QUER DAS POLÍTICAS ECONÓMICAS, QUER DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS, CAPAZES DE SE AFASTAREM UMA ABORDAGEM DEMASIADO GENÉRICA, CENTRANDO-SE NAS VIABILIZAÇÃO DAS AÇÕES EXIGIDAS PELA ADOÇÃO DOS NOVOS FATORES DE COMPETITIVIDADE E CRESCIMENTO

3.

O CAMINHO DA PREPONDERÂNCIA DOS SERVIÇOS NA ECONOMIA PORTUGUESA

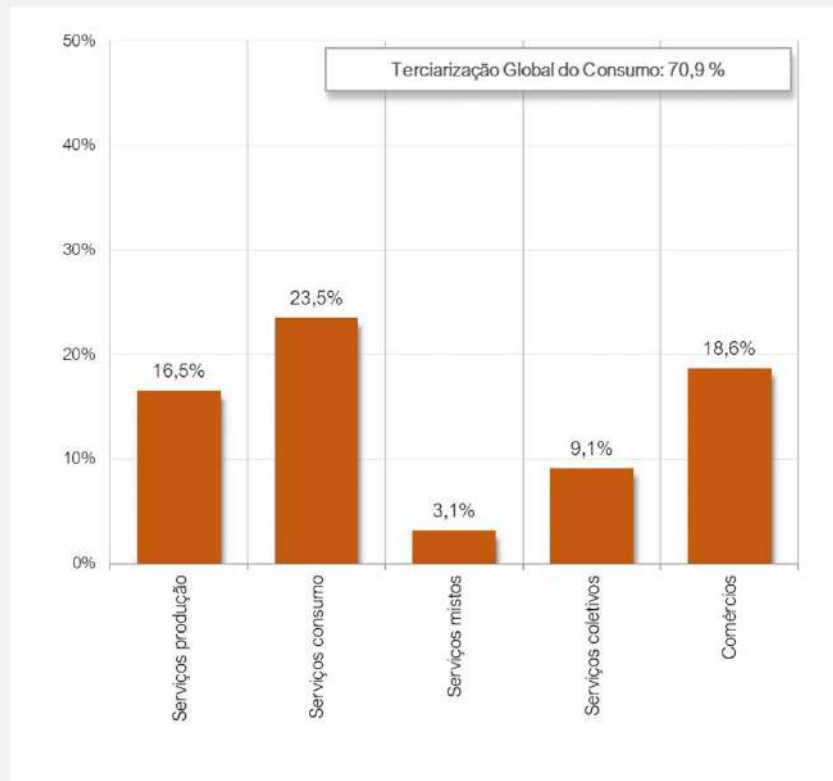
A TERCIARIZAÇÃO GLOBAL DA ECONOMIA PORTUGUESA (peso relativo no valor acrescentado [VAB] gerado pelo conjunto da economia portuguesa)



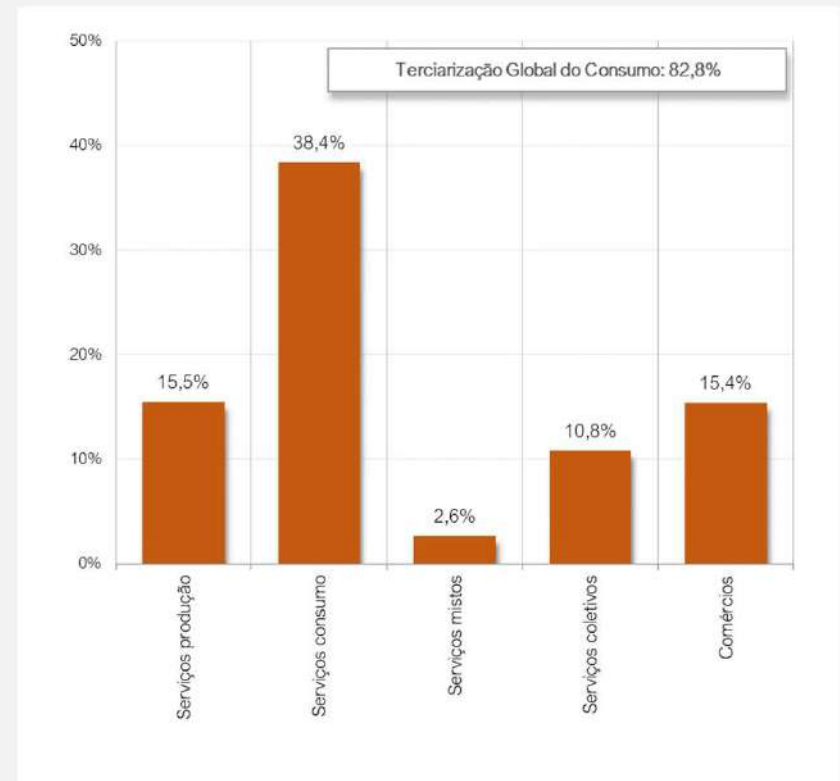
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

A TERCIARIZAÇÃO DO CONSUMO NA ECONOMIA PORTUGUESA (peso relativo no valor acrescentado [VAB] gerado pelas atividades de consumo)

1995



2018



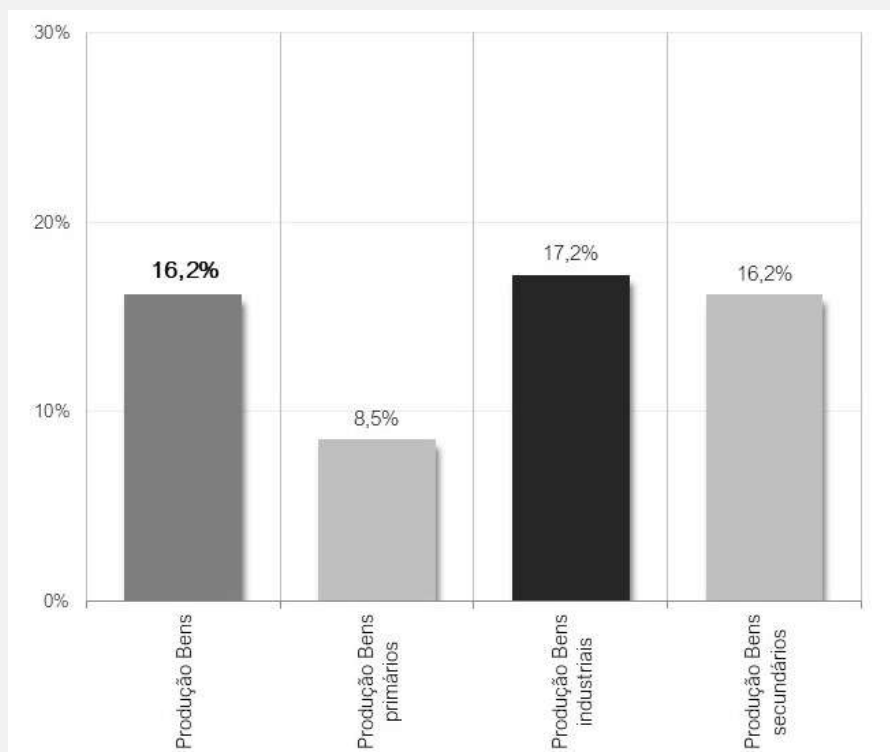
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



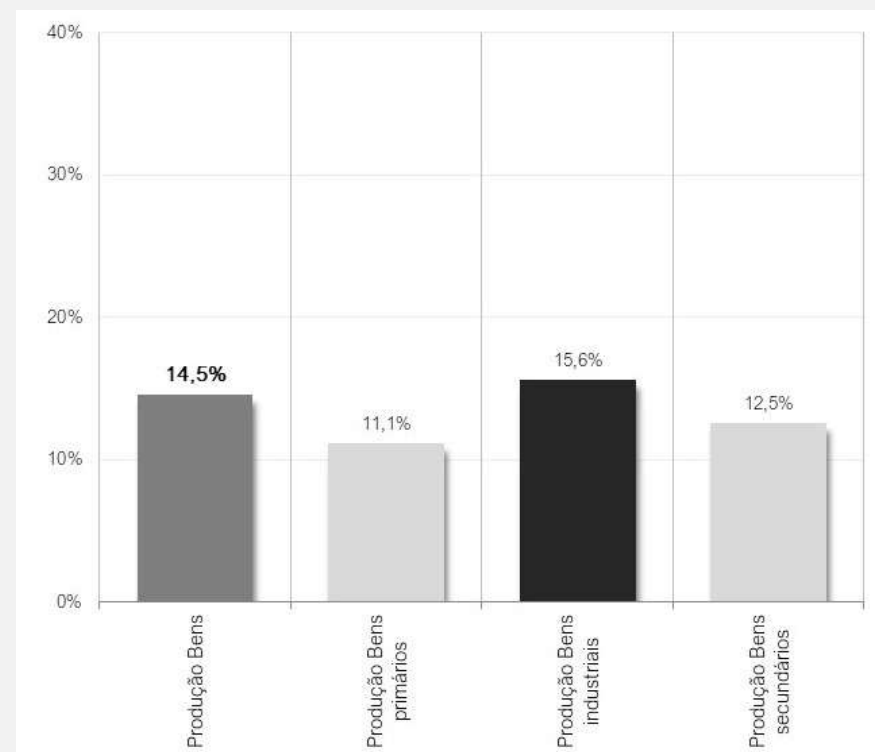
A SERVITIZAÇÃO EXTERNA NA ECONOMIA PORTUGUESA (1995-2018)

A PENETRAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERMÉDIOS NA PRODUÇÃO DE BENS (Peso relativo no valor acrescentado [VAB] gerado na produção de bens)

1995



2018



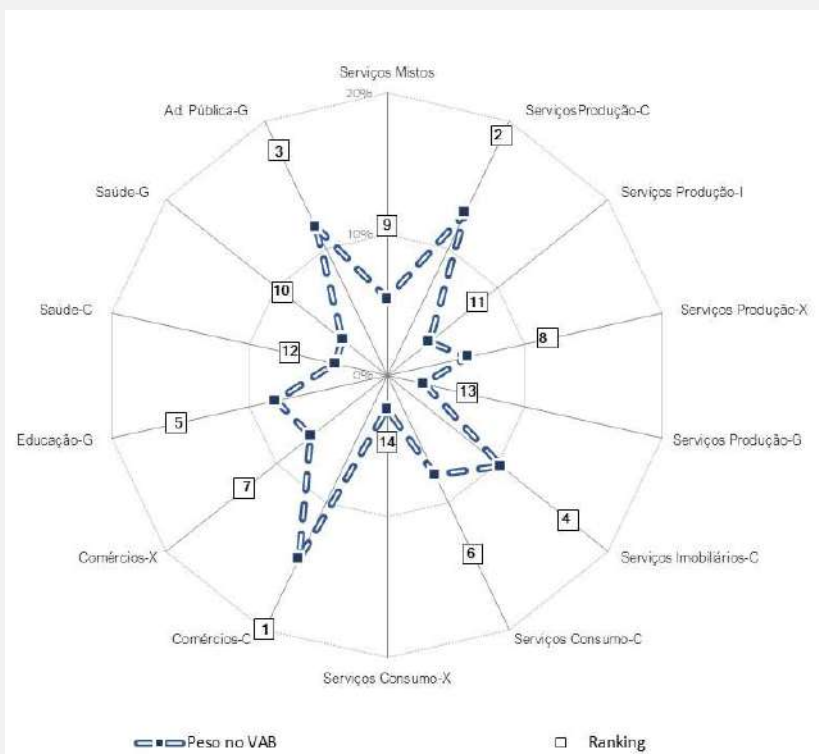
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



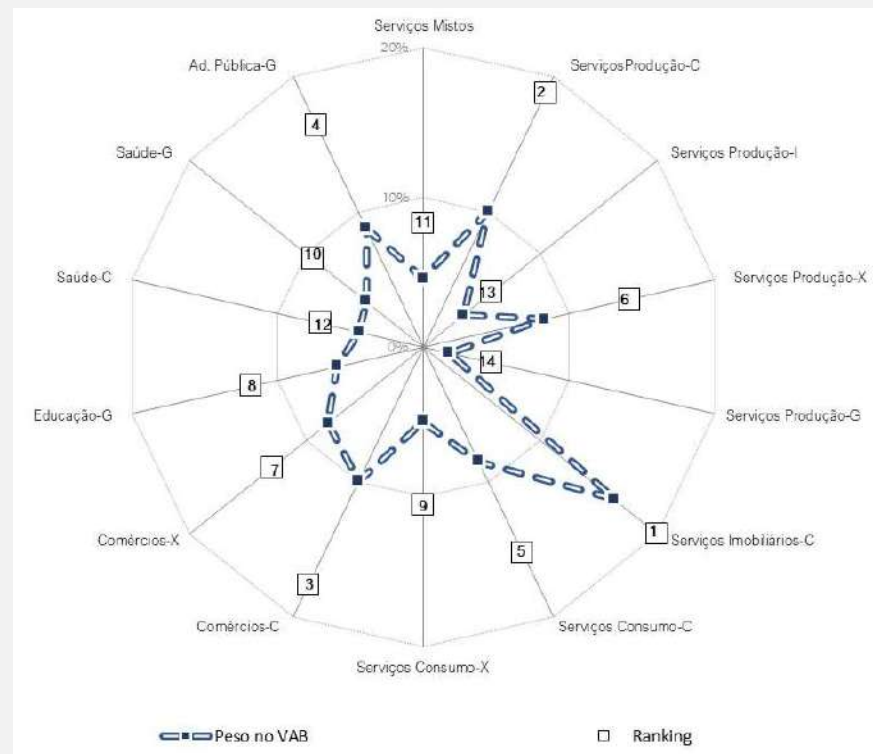
OS SERVIÇOS NA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA PORTUGUESA

(Peso relativo e hierarquia dos segmentos de grupos de SERVIÇOS em funções macroeconómicas, VAB)

1995



2018



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD



Os serviços coletivos expandiram-se significativamente na economia portuguesa, primeiro em função da democratização da sociedade, com o alargamento muito substancial do acesso da população aos serviços de educação e saúde, depois em função do acesso aos fundos estruturais europeus, com a construção de redes nacionais relativamente densas de infraestruturas físicas que alargaram o próprio âmbito dos serviços sociais.

Os primeiros problemas de convergência europeia da economia europeia, revelados com clareza na viragem para o século XXI, marcaram o fim dessa expansão e o surgimento de progressivas dificuldades na garantia da sua qualidade, em ligação com as dificuldades orçamentais do Estado que alimentaram défices excessivos e empurraram a dívida pública para níveis muito elevados.

A expansão dos serviços mercantis foi mais rápida até aos anos 90, sob o impulso da terciarização do consumo, seja em função do dinamismo da procura de serviços ao consumo, seja em função do dinamismo do investimento e da oferta das novas formas de organização da chamada distribuição moderna, no comércio alimentar e misto e nos vários tipos de comércio especializado.

A expansão dos serviços mercantis registou, depois, quer um ritmo um pouco menos rápido, quer uma orientação externa muito mais significativa, com o dinamismo dos serviços empresariais e dos serviços associados ao turismo e ao lazer a assumir o protagonismo no impulso à expansão da relevância dos serviços na economia portuguesa.

Os serviços mercantis tornaram-se, no quadro do amadurecimento destes processos, mais relevantes do que todas as outras atividades juntas, nos anos 80, alcançaram, no peso relativo do contributo para o VAB da economia portuguesa, um valor duplo do de todas as outras atividades económicas, a meio da primeira década do século XXI, e praticamente triplo no final da segunda década deste século.

A AFIRMAÇÃO DAS REALIDADES DA TERCIARIZAÇÃO DO CONSUMO E DA SERVITIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA ECONOMIA PORTUGUESA, SENDO INQUESTIONÁVEL, AINDA NÃO CONSEGUIU EQUILIBRAR GLOBALMENTE UM PROCESSO DE “DESTRUIÇÃO CRIADORA” PARA REFORÇAR DE FORMA SUSTENTADA A COMPETITIVIDADE DO TECIDO EMPRESARIAL E DE MELHORAR DURADOURAMENTE, QUER OS NÍVEIS DE RENDIMENTO DA POPULAÇÃO, QUER A JUSTIÇA NA REPARTIÇÃO DA RIQUEZA PRODUZIDA, QUER, AINDA, O NÍVEL E QUALIDADE DO INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO

4.

A EVOLUÇÃO DA TERCIARIZAÇÃO DO CONSUMO E DA SERVITIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

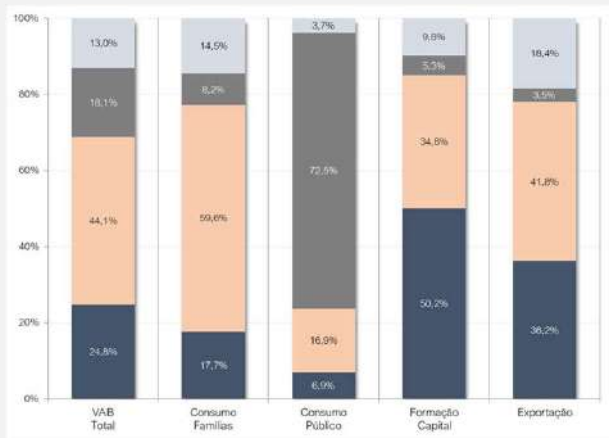
[UMA COMPARAÇÃO COM ESPANHA, ITÁLIA, ALEMANHA E CHÉQUIA]

AS ARTICULAÇÕES ENTRE BENS E SERVIÇOS NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE RIQUEZA EM 2018

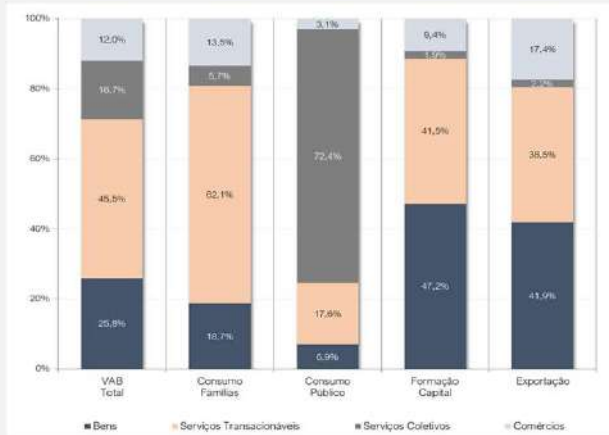
UMA LEITURA COMPARATIVA COM BASE NAS GRANDES FUNÇÕES MACROECONÓMICAS

(Estrutura do valor acrescentado no conjunto da economia e em cada Secção Produtiva Agregada)

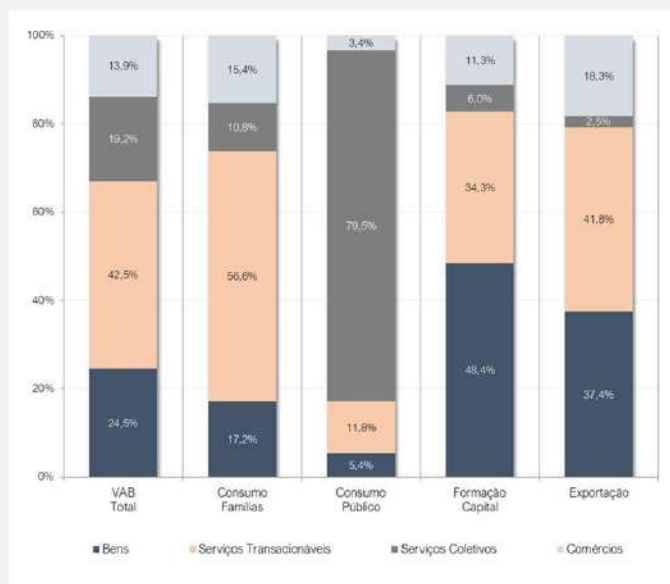
ESPAÑA



ITÁLIA

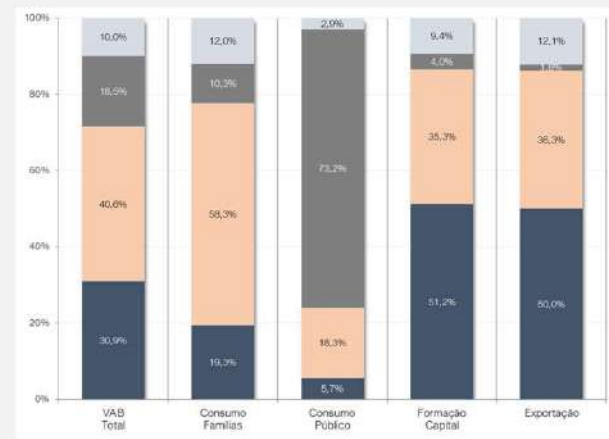


PORTUGAL

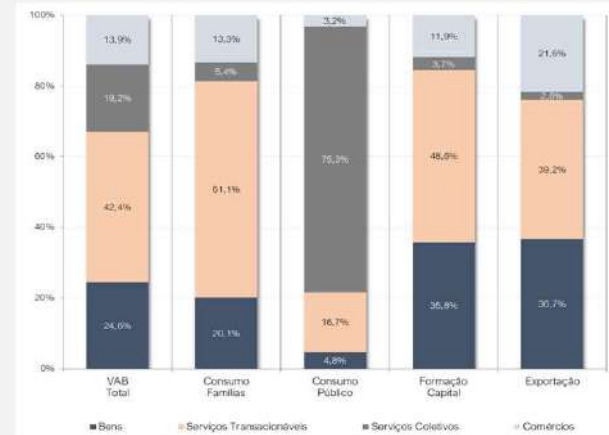


Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

ALEMANHA



CHÉQUIA

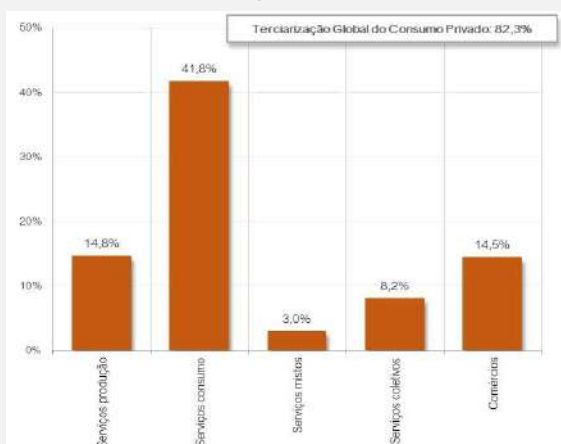


A TERCIARIZAÇÃO GLOBAL DO CONSUMO EM 2018

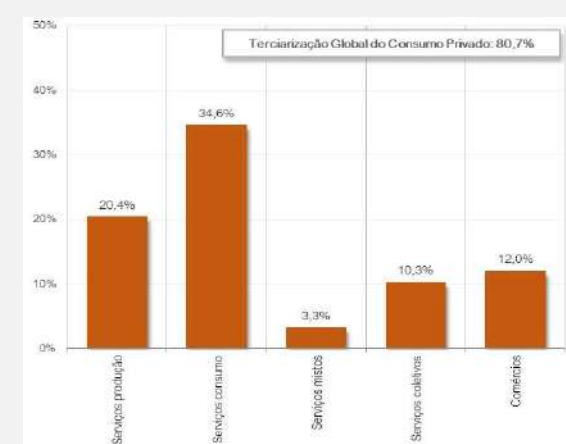
UMA LEITURA COMPARATIVA DO CONTRIBUTO DO COMÉRCIO E DOS GRANDES GRUPOS DE SERVIÇOS

(Peso relativo no valor acrescentado total)

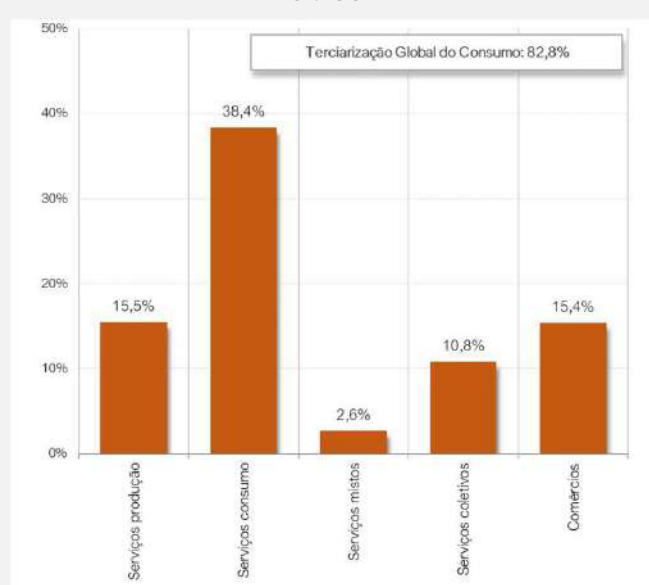
ESPAÑA



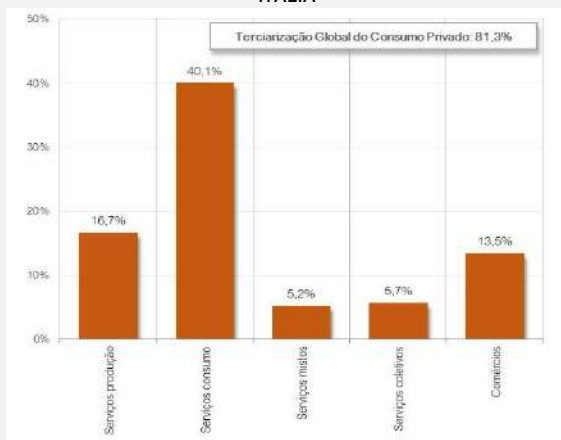
ALEMANHA



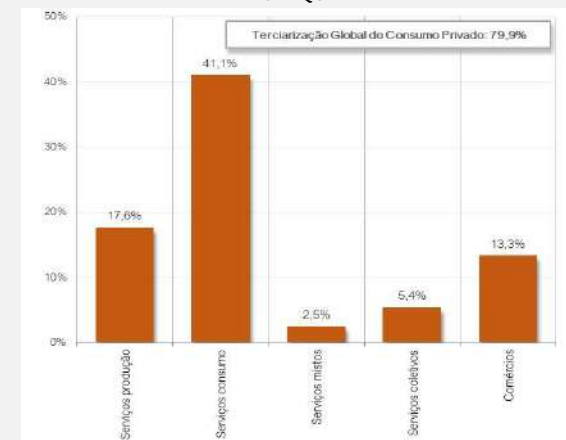
PORTUGAL



ITÁLIA



CHÉQUIA



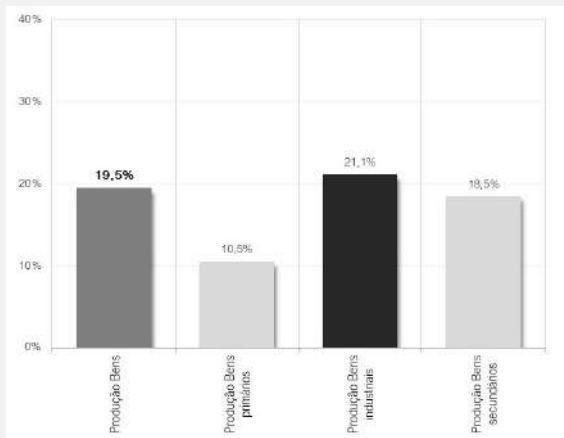
Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

A INTENSIDADE DA SERVITIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DE BENS EM 2018

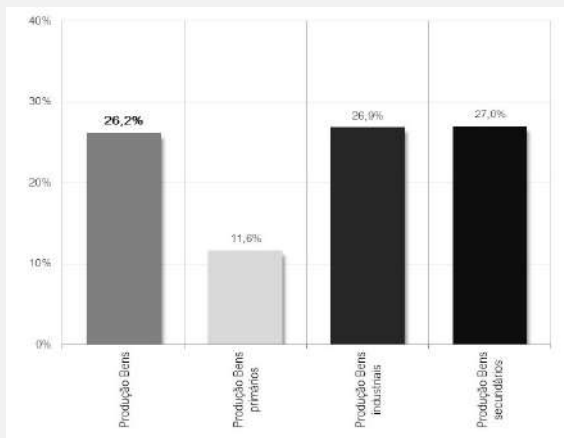
UMA LEITURA COMPARATIVA COM BASE NAS GRANDES TIPOS DE BENS

(Peso relativo no valor acrescentado total)

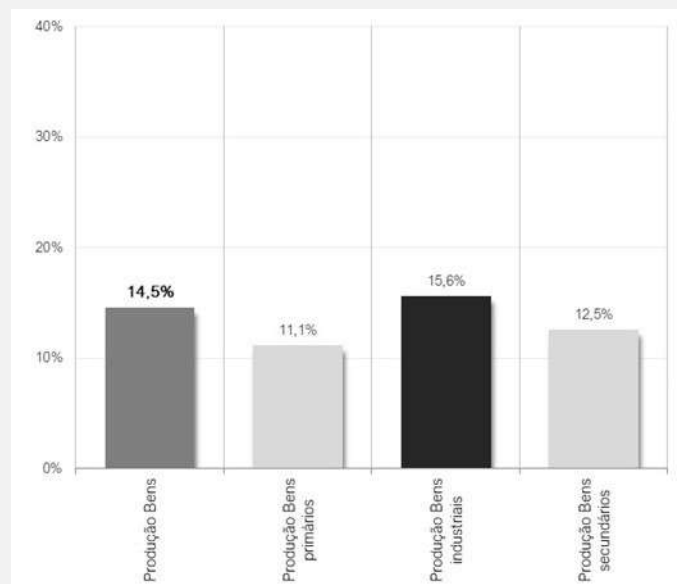
ESPAÑA



ITÁLIA

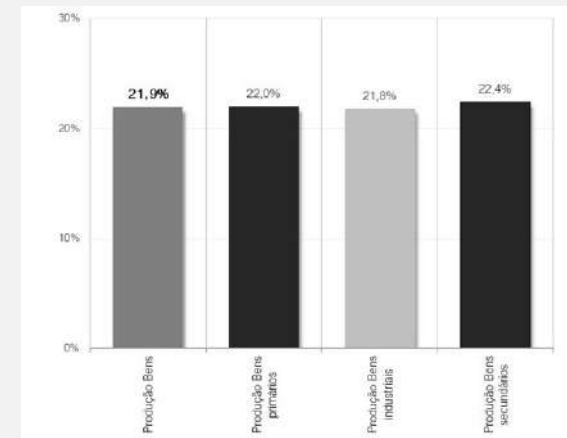


PORTUGAL

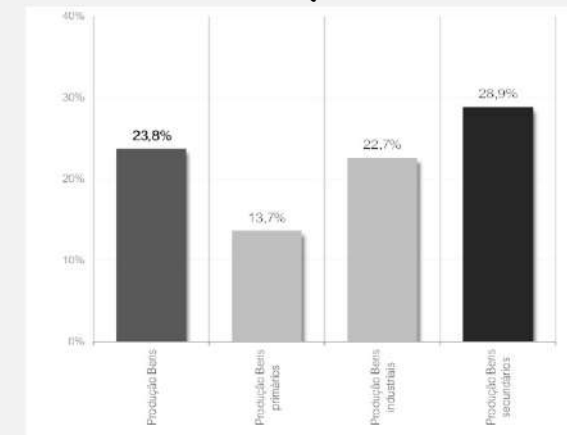


Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

ALEMANHA



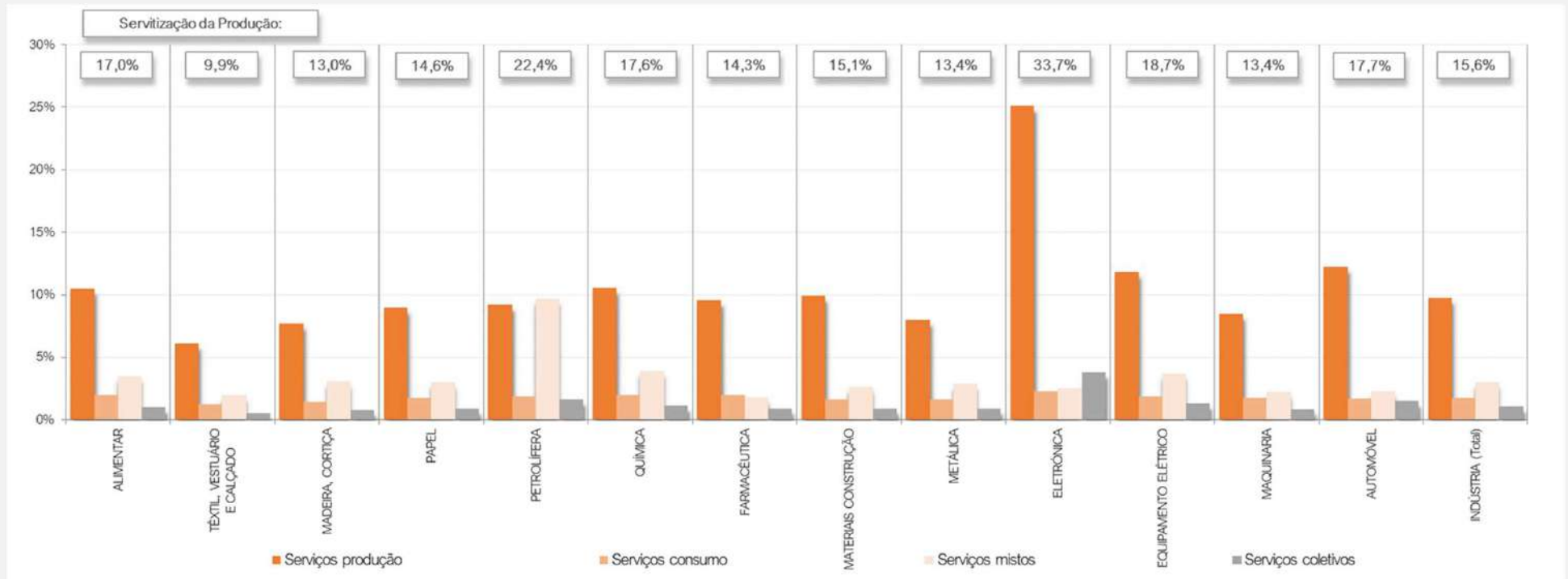
CHÉQUIA



A INTENSIDADE DA SERVITIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NAS FILEIRAS INDUSTRIAIS EM 2018

O CASO DE PORTUGAL

(Peso relativo do valor acrescentado nas atividades de serviços integrado no VAB das indústrias)



Fonte: Cálculos próprios com base em OCDE e OMC, Base de dados WIOD

A “viagem” pelas economias dos cinco países considerados, inicia-se pela configuração da composição em valor acrescentado das grandes funções macroeconómicas, distinguindo entre o contributo dos bens, dos serviços transacionáveis, dos serviços coletivos e dos comércios.

A “viagem” prossegue com a apresentação do nível global de terciarização do consumo, detalhando, de seguida, o contributo específico dos serviços à produção, dos serviços ao consumo, dos serviços mistos, dos serviços coletivos e dos comércios.

A “viagem” continua com a revelação do nível de servitização externa na produção de bens, seja em termos globais, seja em termos dos casos da produção de bens primários, de bens industriais e de outros bens secundários.

A comparação internacional da situação da economia portuguesa em termos das várias facetas dos processos de terciarização faz ressaltar com grande nitidez um grande desequilíbrio entre a forte dimensão alcançada pelo fenómeno da terciarização do consumo e a reduzida expressão atingida pelo fenómeno da servitização externa da produção.

Com efeito, a economia portuguesa surge, no conjunto das economias consideradas, simultaneamente, como a economia onde o nível de terciarização global do consumo é mais elevado e onde o nível de servitização da produção é mais baixo, revelando níveis bem inferiores, seja no contexto da Europa do sul, seja no espaço alargado da influência industrial alemã, onde a aproximação entre as economias portuguesa e espanhola, por um lado, e entre as economias alemã e checa, por outro lado, nos indicadores utilizados, sugerem a existência de impactos relevantes, nos processos de terciarização, de natureza social, cultural, política e institucional.

ENQUANTO OS PROCESSOS DE TERCIARIZAÇÃO DO CONSUMO EVIDENCIAM UMA CLARA CONVERGÊNCIA AO NÍVEL DAS CINCO ECONOMIAS, OS PROCESSOS DE SERVITIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, ESPECIALMENTE AO NÍVEL DAS FILEIRAS INDUSTRIAIS EVIDENCIAM DISPARIDADESE ASSIMETRIAS IMPORTANTES COM A ECONOMIA PORTUGUESA A REVELAR NÍVEIS DE SERVITIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BEM INFERIORES, SEJA NA EUROPADO SUL, SEJA NO ESPAÇO ALARGADODA INFLUÊNCIA INDUSTRIAL ALEMÃ

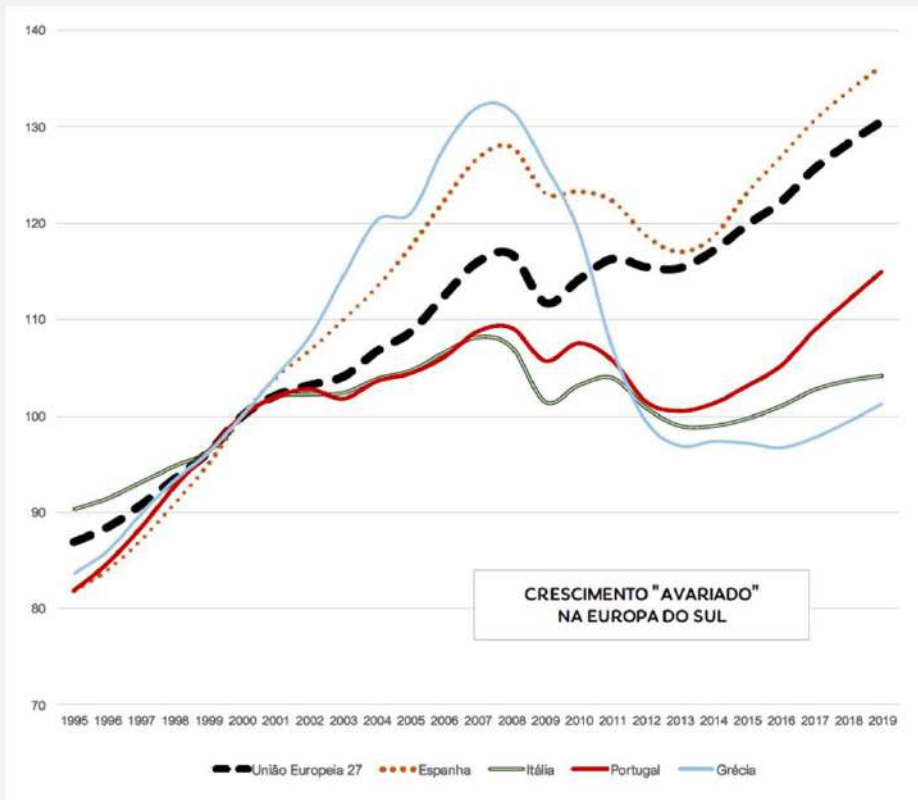
5.

AS DEBELIDADES DA TRAJÉTORIA DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA (1995-2018)

AS REALIDADES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E DO INVESTIMENTO NA EUROPA NOS ÚLTIMOS 25 ANOS

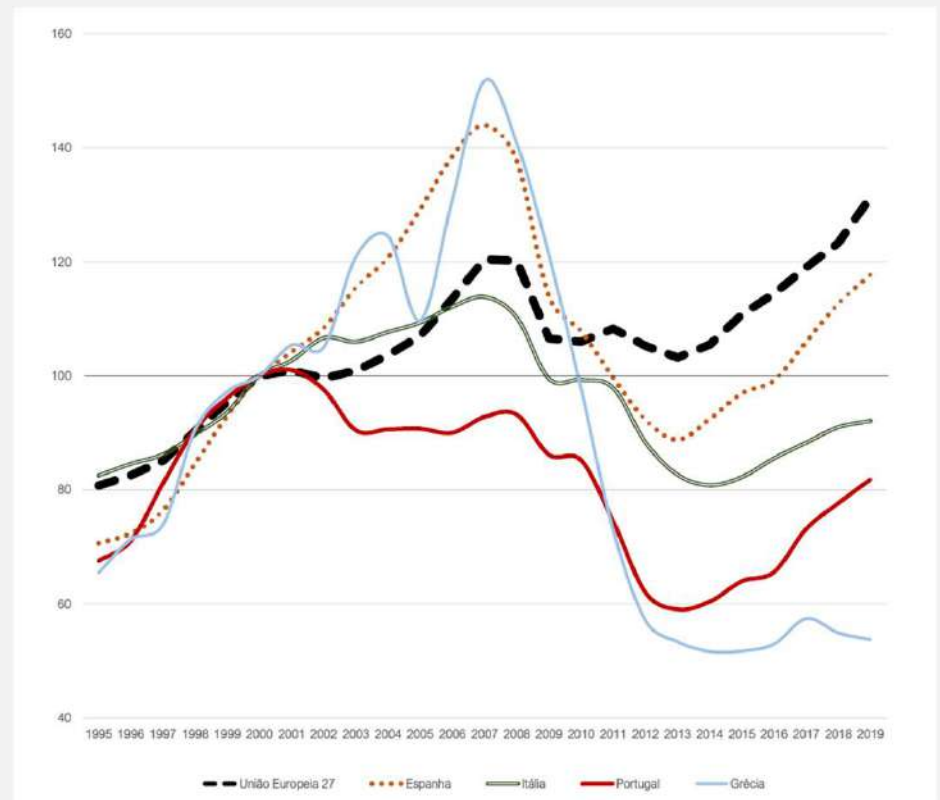
Evolução acumulada em volume (2000=100)

EVOLUÇÃO DO PIB



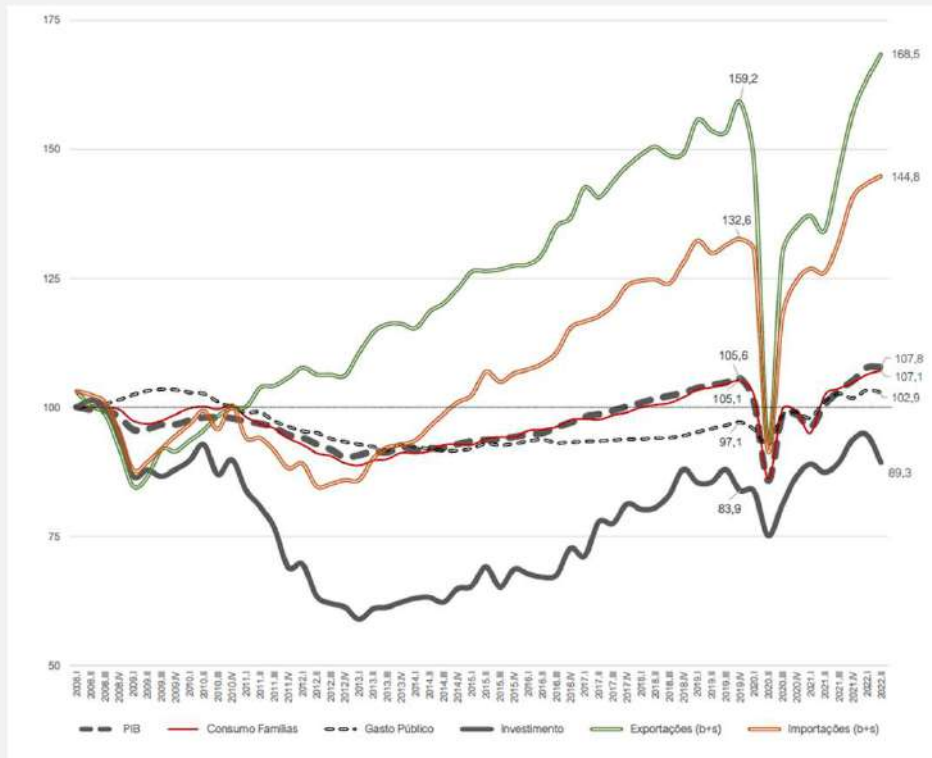
Fonte: Eurostat

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO (FBCF)



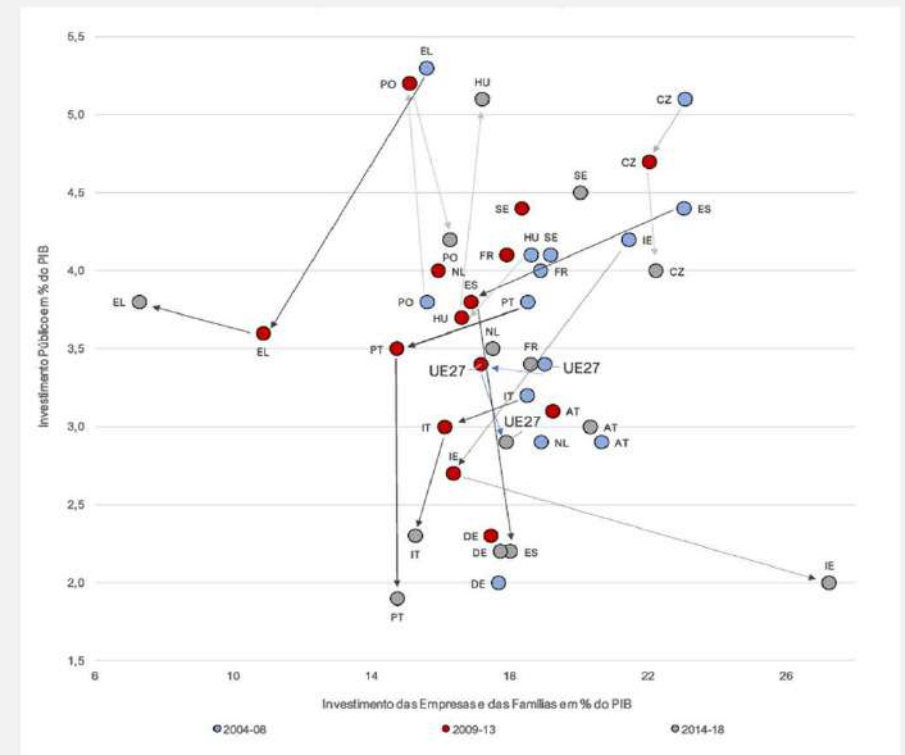
UMA ESTAGNAÇÃO PERSISTENTE DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO E UMA CRISE DE INVESTIMENTO ATIVADA PELO ENDIVIDAMENTO EXCESSIVO E PELOS DESEQUILÍBIOS DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A DINÂMICA DAS GRANDES COMPONENTES DA PROCURA FINAL
Evolução anual em volume acumulada (2008=100)



Fonte: INE

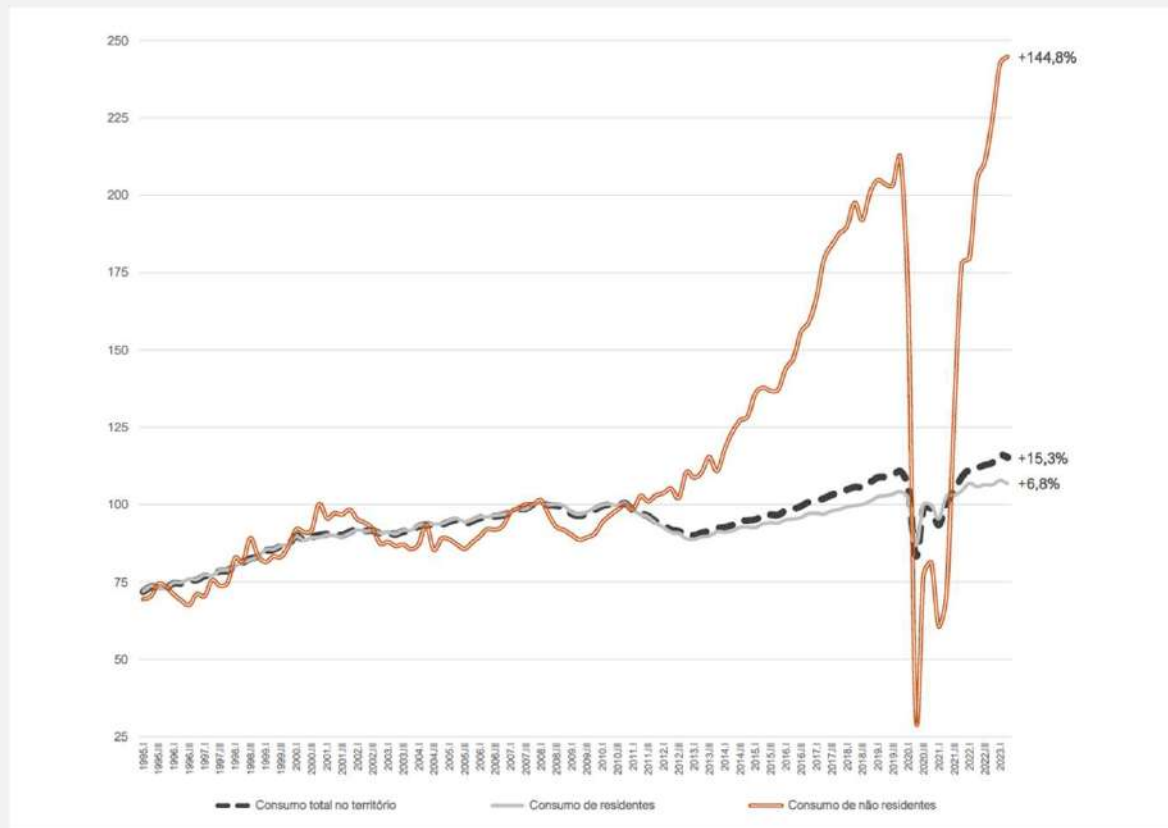
O INVESTIMENTO ENTRE A CRISE FINANCEIRA E A PANDEMIA
Os efeitos diferenciados dos ajustamentos macroeconómicos nas economias europeias



Fonte: European Economic Forecast, Autumn 2022

A DESCONEXÃO CRESCENTE ENTRE O CRESCIMENTO DO CONSUMO DE RESIDENTES E NÃO RESIDENTES DEPOIS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E DA CRISE DA DÍVIDA SOBERANA

A evolução trimestral acumulada do consumo em volume (2007.IV=100)



Fonte: INE

A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA NO CONTEXTO DAS ECONOMIAS EUROPEIAS MAIS DESENVOLVIDAS, DESDE A PLENA ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

[UE15=100]	1986	1999	2010	2018
Produtividade (Valor criado por empregado, em €)	29,4	46,2	56,2	52,9
Poder Compra internacional (PIB per capita, em €)	31,6	51,4	57,3	54,4
Poder de Compra doméstico (PIB per capita, em PPS)	56,3	72,0	74,6	71,8
Nível de Consumo (Consumo real per capita)	62,0	78,5	85,4	84,2
Taxa de Investimento (FBCF/PIB)	118,2	128,4	103,0	78,2
Dívida Pública Bruta Consolidada (PT/EA12)	107,3	71,8	112,9	140,4

(Utilizando o PIB per capita em PPS como indicador de nível de vida, Portugal foi ultrapassado, no século XXI, pela Eslovénia (2003), pela Chéquia (2008), por Malta (2010), pela Eslováquia (2014) e pela Lituânia (2017). As tendências pré-pandemia indicavam que isso também poderia acontecer com a Estónia (2022), com a Hungria (2024) e a Polónia (2024), ficando, nesse caso, apenas, acima da Letónia, da Croácia, da Roménia e da Bulgária.

Fonte: Eurostat

As debilidades na trajetória de crescimento de longo prazo da economia portuguesa traduziram-se numa persistente quase estagnação da produção e do consumo, onde a necessidade de correção de desequilíbrios das finanças públicas e de níveis excessivos de endividamento prolongou a duração dos choques produzidos pela crise financeira internacional e pela crise de dívida soberana que se lhe seguiu.

As dificuldades experimentadas pela economia portuguesa na sua trajetória de crescimento, aprofundaram-se com os problemas adicionais associados à redução do nível relativo de investimento público e privado, muito embora deva ser valorizada a recuperação parcial do investimento das empresas depois do ajustamento económico e financeiro, isto é, depois de 2015.

A evolução mais recente da economia portuguesa, depois da crise financeira internacional e da crise da sua dívida soberana, fez-se, no entanto, com a produção de assimetrias muito importantes, quer entre a evolução do mercado doméstico e dos mercados externos, quer no comportamento das grandes componentes da procura final, quer entre as dinâmicas das diferentes atividades económicas, quer, ainda, na repartição do rendimento, atendendo às suas diversas origens e formas.

A crise do crescimento na economia portuguesa, prolongou-se, assim, primeiro, numa crise do investimento e, depois, numa importante fragmentação económica e social que se vai aproximando da instalação de formas de dualismo económico mais duradoura, isto é, de uma multiplicação de modelos diferenciados de trabalho e remuneração, de habitação, consumo e mobilidade, ao nível da população e, também, de uma diferenciação nos interesses e poderes associada ao relacionamento entre residentes e não residentes, nomeadamente nos territórios sujeitos a maiores desequilíbrios e/ou pressões.

A análise da situação da economia portuguesa requer, neste quadro, a utilização de um conjunto de indicadores que permitam ir mais além do que a simples verificação do andamento do nível global de atividade económica, identificando a natureza e dimensão dos desequilíbrios e assimetrias produzidos durante a recuperação, depois do ajustamento financeiro da troika, e mais recentemente, com os impactos da inflação e das medidas de política monetária adotadas para a combater.

A caracterização da situação atual da economia portuguesa, enquanto campo de aplicação de estratégias e políticas de promoção da competitividade, obriga, ainda, a referir o fenómeno da desconexão crescente entre o crescimento do consumo dos residentes, por um lado, e o crescimento do consumo dos não residentes, por outro lado.

A dimensão do fenómeno de desconexão entre os ritmos de consumo de residentes e não residentes atingiu proporções muito significativas que importa destacar, sobretudo quando parece poder converter-se num traço relativamente permanente da economia portuguesa. Este fenómeno vem reforçar a insuficiente e distorcida articulação entre o mercado doméstico e os mercados externos, contribuindo para a instalação de uma divergência económica persistente, no espaço da União Europeia, penalizando quer a progressão dos rendimentos à escala nacional, quer a progressão do poder de compra internacional dos portugueses.

A apresentação da evolução de um conjunto de indicadores chave relativos ao desempenho da economia portuguesa desde a plena adesão europeia em 1986 permite situar com rigor a pesada dimensão que as iniciativas de melhoria da competitividade económica enfrentam e que se agravou no rescaldo da crise financeira internacional

A ECONOMIA PORTUGUESA ENFRENTA, NO QUADRO DE DIFICULDADES COMUNS ÀS RESTANTES ECONOMIAS DA ÁREA DO EURO, UMA DIFICULDADE ESTRUTURAL, PARTILHADA, NO TODO OU EM PARTE, COM AS RESTANTES ECONOMIAS DA EUROPA DO SUL, QUE PODE SER IDENTIFICADA COMO UMA CRISE DE PRODUTIVIDADE E DE INVESTIMENTO, ISTO É, COMO UMA DIFICULDADE PERSISTENTE DE GERAR A RIQUEZA NECESSÁRIA PARA GARANTIR UMA INTEGRAÇÃO EM PROFUNDIDADE NOS FATORES CRÍTICOS DA INOVAÇÃO E DA COMPETITIVIDADE VALOR



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1.

**A ECONOMIA PORTUGUESA SÓ PODERÁ SUPERAR
A SUA CRISE DE INVESTIMENTO E DE PRODUTIVIDADE
ATRAVÉS DE UMA RENOVAÇÃO PROFUNDA
DO SEU PARADIGMA COMPETITIVO**

CONSTRUIR UM NOVO PARADIGMA COMPETITIVO AGINDO EM TRÊS ÁREAS CRÍTICAS

- O *aumento cumulativo da produtividade-valor* (primado do “melhor” sobre o “mais”) reconhecendo que as principais dificuldades competitivas da economia portuguesa não correspondem tanto a problemas de produtividade física nas operações de transformação e produção (*eficiência*) mas, sobretudo, a problemas nascidos quer de uma combinação de fatores produtivos demasiado estreita e insuficientemente diferenciada, quer de um posicionamento ainda limitado nos segmentos com maior relevância nas cadeias de valor de satisfação de procuras de empresas e de consumidores em mercados concorrenciais, onde a integração de serviços avançados e criativos com modelos de produção e distribuição flexível é decisiva (*eficácia*);
- O *desenvolvimento de novos fatores competitivos no terreno da competitividade não-custo* (combinação específica de processos de inovação e de diferenciação indutores de maior valor acrescentado) reconhecendo que importa alargar e sistematizar organicamente um vasto conjunto de iniciativas colaborativas de adoção, adaptação e desenvolvimento tecnológico, mais liderantes ou mais seguidistas, nas diferentes e complexas atividades que permitem mobilizar conhecimento e criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis e que, por ora, são ainda incipientes e fragmentadas na economia portuguesa, especialmente no que respeita à consolidação da valorização cumulativa de *ativos estratégicos como o capital humano e o capital patrimonial*;
- A *intensificação de uma ativa participação na globalização reequilibrando o balanço de ameaças e oportunidades* (afetação prioritária de recursos às atividades de bens e serviços transacionáveis com uma redução do conteúdo importado das exportações e um aumento da capacidade nacional de satisfação da procura interna) reconhecendo que a reorientação da economia portuguesa para fora, mas a partir de dentro, que constitui uma prioridade decisiva para favorecer as condições de crescimento a prazo da economia portuguesa, exige quer uma mudança global na afetação dos recursos, quer uma nova articulação entre a produção de serviços e a produção de bens.

LIGAR INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE NUM ESFORÇO GLOBAL E INTEGRADO

A promoção do reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa deve ser entendida como um *esforço de natureza global*, mas capaz de combinar múltiplos esforços concretos e diversificados, nomeadamente os que se reportam:

- À *intensificação do ritmo de inovação e/ou diferenciação*, suportado não apenas pela tecnologia, mas, também, pelas novas “artes e ofícios” da criatividade e pelos dividendos de um relevante capital patrimonial, material e imaterial, para melhorar quer a posição ocupada nas cadeias de valor, quer os próprios modelos de negócio empresarial, seja, claro, nos principais setores de especialização atual da economia portuguesa, que possuem uma base económica e uma experiência exportadora já relevantes, seja, também, em novas áreas emergentes de especialização suscitadas pelo novo relacionamento entre o mundo “desenvolvido” e o mundo “emergente”;
- À *estruturação e progressiva consolidação de atividades emergentes associadas à valorização económica do conhecimento* como, por exemplo, os produtos e serviços especializados nas tecnologias de informação e comunicação, no quadro mais geral da transição digital, as atividades geradoras de valor na saúde pelos produtos desenvolvidos e pelos serviços e cuidados prestados ou, ainda, as atividades baseadas em novos materiais, no quadro mais geral da transição para uma economia verdadeiramente circular;
- À *valorização económica e gestão integrada e sustentável* de fileiras de produção e cadeias de valor, combinando bens e serviços e baseadas em *recursos endógenos e ativos específicos, localizados e não transferíveis* que configuram *fatores competitivos de natureza identitária e patrimonial alargada*, como, por exemplo, nos casos do turismo, do agroalimentar, das atividades associadas à floresta e ao mar e das próprias indústrias culturais.

O caminho da indispensável renovação da base competitiva da economia portuguesa obriga a reconhecer as suas dificuldades e a desenhar estratégias e agendas de ação capazes de aportar resposta concretas e eficazes a quatro questões centrais:

- **Como aumentar a produtividade em termos de valor, muito para além da melhoria da produtividade física baseada na eficiência os processos de produção, que se converteu numa mera condição necessária do crescimento económico, isto é, como melhorar a qualidade, diferenciação e sofisticação dos encontros entre as ofertas e as procuras estruturantes no desempenho da economia portuguesa?**
- **Como reorientar a natureza estratégica da afetação de recursos na economia portuguesa em direção à valorização dos recursos endógenos mais distintivos e à utilização e desenvolvimento dos fatores competitivos portadores de maior valor acrescentado, nomeadamente, em termos de ativos intangíveis, isto é, como incentivar e viabilizar o “bom” investimento público e privado?**
- **Como gerar um novo quadro de colaboração, entre a esfera pública e a esfera privada, entre as diferentes atividades económicas e no seio do próprio mundo empresarial, suscetível de alargar substancialmente a extensão e profundidade das cadeias de valor em ação na economia portuguesa, isto é, como conseguir, nomeadamente, uma muito maior interação entre a produção de bens e a produção de serviços?**
- **Como aliviar as restrições financeiras sobre o setor público e o setor privado, isto é, como reduzir sustentadamente o peso da dívida pública, em especial a dívida externa, e como dinamizar a acumulação de capital no setor privado, aumentando de forma relevante a capacidade de autofinanciamento do investimento por parte das empresas?**

Atendendo à evolução da especialização internacional da economia portuguesa as correções prioritárias sugeridas desdobram-se em quatro iniciativas prioritárias:

- **O reencontro do turismo com o país e do país com o turismo**, favorecendo o desenvolvimento do capital patrimonial dos territórios de vocação turística, qualificando as experiências e valorizando internacionalmente o património identitário e garantindo uma orientação para procuras menos massificadas e com maior poder de compra, aumentando, desse modo, o valor acrescentado;
- **O reposicionamento do país nas cadeias de valor globais**, ainda dominado por produções intermédias curtas e subordinadas, tentando assumir novas funções quer a montante, na conceção dos produtos, quer a jusante, na distribuição dos mesmos, o que implica uma muito maior inserção no grupo dos serviços inovadores globais, indispensáveis para o êxito dessas iniciativas, e, também, uma extensão da produção industrial intermédia, procurando alcançar funções de aglomeração de fases de produção;
- **O reposicionamento do país nas plataformas de concorrência e cooperação**, digitais e não digitais, invertendo uma excessiva polarização em atividades inseridas em modelos de negócio “low-cost”, o que requer uma bem maior afetação de recursos a processos de internacionalização empresarial com suficiente massa crítica, uma vez que, aqui, no mundo dos serviços, não se pode aceder a maior valor acrescentado sem investir primeiro, isto é, o caminho crítico é definido pela sequência internacionalização-competitividade;
- **A reapreciação da natureza e papel do “comércio”** enquanto atividade económica cada vez mais caracterizada, pela prestação de um conjunto diversificado de serviços do que pela simples intermediação entre produtores e consumidores remunerada por uma margem estável, o que requer uma profunda alteração estrutural na organização das empresas, na capacidade dos empresários e na qualidade do capital humano.

A RENOVAÇÃO DO PARADIGMA COMPETITIVO DA ECONOMIA PORTUGUESA OBRIGA A ENTENDER QUE “INTERNACIONALIZAR” É DIFERENTE, MAIS VASTO E BEM MAIS EXIGENTE DO QUE “EXPORTAR” E REPRESENTA UM TERRENO ONDE A ARTICULAÇÃO ENTRE BENS E SERVIÇOS É ABSOLUTAMENTE INDISPENSÁVEL.

A RENOVAÇÃO DO PARADIGMA COMPETITIVO EXIGE UMA PARTICIPAÇÃO MAIS QUALIFICADA E MAIS EQUILIBRADA NOS MOVIMENTOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO, EM ESPECIAL, NOS BENS, EM TORNO DA PROCURA DE UMA MAIOR RESILIÊNCIA NAS CADEIAS DE VALOR GLOBAIS, COM A REVISÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO VERTICAL, E, NOS SERVIÇOS, EM TORNO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS BASEADAS NA INTERNET, SEJAM ELAS MAIS GLOBAIS, PERMITINDO O ACESSO A SERVIÇOS DIGITAIS, OU MAIS LOCALIZADAS, PERMITINDO O ACESSO DOS UTILIZADORES FINAIS A MÚLTIPLAS CATEGORIAS DE SERVIÇOS FÍSICOS EM LÓGICAS B2B OU B2C

2.

A ECONOMIA PORTUGUESA SÓ PODERÁ SUPERAR A SUA CRISE DE INVESTIMENTO E DE PRODUTIVIDADE ATRAVÉS DE UMA RENOVAÇÃO PROFUNDA DAS SUAS POLÍTICAS ECONÓMICAS

UM REEQUILÍBRIO ENTRE ECONOMIA REAL E ECONOMIA FINANCEIRA É NECESSÁRIO E URGENTE NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA ECONÓMICA EM PORTUGAL

A análise desenvolvida no presente estudo justifica amplamente a **necessidade de um reequilíbrio entre economia financeira e economia real na formulação da política económica em Portugal.**

O desafio da construção de um novo paradigma competitivo é, assim, também, um desafio de renovação da política económica traduzida na configuração de objetivos estratégicos e instrumentos eficazes para o favorecimento da competitividade na economia real, na economia das empresas que geram o essencial do valor acrescentado.

A política económica em Portugal tem estado, com efeito, quase totalmente dominada pela política monetária e cambial do euro, conduzida pelo Banco Central Europeu, e pela política orçamental e fiscal de regulação conjuntural de curto prazo, conduzida pelo governo através do ministério das finanças, isto é, tem sido conduzida com um **claro primado da política financeira sobre as políticas centradas na chamada “economia real”** onde, precisamente, a promoção da competitividade e da concorrencialidade são determinantes.

Os objetivos e instrumentos de promoção da competitividade utilizados na experiência portuguesa mais recente são **demasiado genéricos e convencionais**, apesar de serem correntemente acompanhados por formulações extremamente ambiciosas aplicáveis a economias bem mais competitivas e avançadas, **menorizando a da pertinência da política pública, isto é, a adequação dos objetivos e dos instrumentos aos destinatários.**

Os objetivos e instrumentos de política industrial que importa desenvolver devem ser, ao contrário, orientados para o que é, com segurança, pertinente e sustentável, ainda que exigindo especificação e controlo mais complexos e exigentes, fugindo da armadilha do que é facilmente especificável no plano quantitativo, mas comporta riscos elevados para além de um curto prazo inicial.

RENOVAR E PRIORIZAR AS POLÍTICAS TRANSVERSAIS DE BASE MICROECONÓMICA É IMPERIOSO

As políticas económicas orientadas para o desenvolvimento competitivo e concorrencial da economia real, são correntemente designadas por “**políticas industriais**”, não para alimentar um regresso ao passado de uma indústria que já não existe, mas, antes, para alimentar a viabilização de um futuro onde a economia consiga densificar substancialmente o seu valor pela utilização sustentável e inteligente dos seus ativos mais distintivos associados ao património científico, cultural, histórico e natural.

A viragem na política económica que se recomenda não tem o seu foco na indústria transformadora, nem em nenhum setor de atividade económica em particular, mas, antes, na **economia real como conjunto diversificado e complementar de atividades transacionáveis**, sujeitas à restrição da necessidade de uma melhoria permanente e cumulativa da respetiva competitividade, valorizando destacadamente a integração e a interação entre atividades diferenciadas e, muito em particular, entre os serviços mais avançados e a produção de bens.

As **modernas políticas industriais** estruturam-se através quer da **correção das falhas de mercado**, da **gestão de externalidades**, **redução das assimetrias de informação**, **redução do risco e da incerteza** e **garantia de mercados concorrenciais abertos**, quer da **promoção da inovação e da diversificação das atividades**, isto é, através de iniciativas **capazes de catalisar o surgimento de novas vantagens competitivas** com expressão nos mercados globalizados e, portanto, também, no mercado interno europeu e no mercado doméstico português.

As **modernas políticas industriais são transversais**, não tomam partido pela oferta, ou pela procura, mas, antes pelas formas de eficiência coletiva que permitem gerar cadeias de valor de resposta rápida a procuras diferenciadas, com base em novas tecnologias, novos processos e novos produtos, com maior incorporação de conhecimento, mais baixo teor de carbono e maior incorporação de dimensões patrimoniais portadoras de valor, diferenciação e diversidade.

A política económica de promoção da competitividade da economia real, que se recomenda em função das conclusões obtidas no presente estudo, visa permitir “oferecer”, aos fundos europeus estruturais e de investimento disponíveis, políticas coerentes e programas de ação prioritários, previamente concebidos, consensualizados e especificados. A recomendação destaca três áreas fundamentais que se podem sistematizar do seguinte modo:

- A primeira área corresponde ao desenvolvimento integrado de um **grande programa de orientação e incentivo ao investimento empresarial**, fortemente seletivo e centrado nos objetivos de criação e desenvolvimento de novos fatores de competitividade das atividades transacionáveis com maior valor acrescentado e dirigidos a procuras mais dinâmicas. Este programa deveria priorizar a interação entre atividades e empresas, em especial o aprofundamento da servitização da produção;
- A segunda área corresponde ao **desenvolvimento Infraestrutural, centrado no desenvolvimento de plataformas colaborativas**, mais amplas e eficazes, potenciadoras da construção e consolidação de novos fatores de competitividade e facilitadoras de novas oportunidades de internacionalização, reduzindo riscos e custos e aumentando a velocidade das interações. A renovação do paradigma competitivo da economia portuguesa requer, como vimos, melhorias muito significativas nas plataformas de mobilidade internacional de bens, serviços e informação;
- A terceira área corresponde ao **enquadramento fiscal da atividade empresarial** com base em reformas simples, diretas e objetivas. A recomendação básica neste domínio envolve o alinhamento do nível efetivo de tributação dos lucros das empresas com a média europeia acabando com um injustificado e contraproducente travão fiscal à acumulação de capital, isto é, melhorando as capacidades de autofinanciamento do investimento empresarial

O FOCO PRINCIPAL DA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE EM PORTUGAL NÃO PODE DEIXAR DE SER A COMPETITIVIDADE VALOR OU A COMPETITIVIDADE NÃO CUSTO, ISTO É, O AUMENTO DA EFICÁCIA GERADORA DE RIQUEZA SUPORTADA PELA QUALIDADE DOS MODELOS DE NEGÓCIO, PELO DINAMISMO DOS MERCADOS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDA E PELA ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS DE ACESSO À TECNOLOGIA E AO CONHECIMENTO E POR UM NOVO EQUILÍBRIO ENTRE INOVAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

ESTE NOVO EQUILÍBRIO SIGNIFICA, TAMBÉM, UMA NOVA COMBINAÇÃO DINÂMICA NA MOBILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, POR UM LADO, E DA CULTURA, DO PATRIMÓNIO E DA CRIATIVIDADE, POR OUTRO LADO, SÓ PODE TER SUCESSO NO ESTÍMULO À INTENSIFICAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA PORTUGUESA E NO COMBATE AO DUPLO DÉFICE NUMA PARTICIPAÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO INSUFICIENTEMENTE DINÂMICA E QUALIFICADA E, SOBRETUDO, INSUFICIENTEMENTE ANCORADA NAS GEOGRAFIAS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL.

"QUE POLÍTICAS ECONÓMICAS PARA PORTUGAL?"



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

O COMÉRCIO E SERVIÇOS
NA COMPETITIVIDADE
E INTERNACIONALIZAÇÃO
DA ECONOMIA PORTUGUESA

Augusto Mateus



Edição cofinanciada por:

